



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0340/14	DATA: 09/04/2014	
LOCAL: Plenário 6 das Comissões	INÍCIO: 14h27min	TÉRMINO: 17h32min	PÁGINAS: 70

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GILBERTO CARVALHO - Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.

SUMÁRIO

Esclarecimentos acerca da entrevista concedida à revista Veja pelo Sr. Romeu Tuma Jr., ex-Secretário Nacional de Justiça, publicada na edição nº 2.351; e esclarecimentos sobre informações de que o Sr. Ministro teria acusado a Polícia Militar do Distrito Federal de agir de forma truculenta em conflito causado por manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há oradores não identificados.
Houve tumulto no Plenário.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Declaro aberta a 7ª reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Esta reunião foi convocada para ouvirmos o Exmo. Sr. Ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, acerca dos seguintes temas: esclarecimentos acerca da entrevista concedida à revista *Veja* pelo Sr. Romeu Tuma Júnior, ex-Secretário Nacional de Justiça, publicada na edição nº 2.351, e esclarecimentos sobre informações de que o Sr. Ministro teria acusado a Polícia Militar do Distrito Federal de agir de forma truculenta em conflito causado por manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST.

Informo que a audiência está sendo realizada em cumprimento aos seguintes requerimentos: 292, de 2013, dos Deputados Efraim Filho e Alexandre Leite; 296, de 2013, dos Deputados Otavio Leite, Carlos Sampaio e Nilson Leitão, e 300, de 2014, do Deputado Ronaldo Caiado.

Informo a todos que o Deputado Carlos Sampaio, coautor do Requerimento nº 296, de 2013, comunicou que está de licença médica, motivo pelo qual não poderá comparecer a esta reunião.

O Sr. Ministro convidado já tomou assento para compor a Mesa.

Esclareço ainda que, para atendermos ao disposto no Título VI, Capítulo VIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, serão adotados os seguintes critérios: o Ministro disporá de até 30 minutos, prorrogáveis por mais 15, por deliberação do Plenário, para a sua exposição, permitidos apertes apenas durante a prorrogação. Finda a exposição, será concedida a palavra, inicialmente, aos autores dos requerimentos, por 10 minutos cada, e, após, aos demais Deputados, respeitada a ordem de inscrição, pelo prazo de 5 minutos cada um, dispondo o Ministro de igual tempo para a sua resposta. Serão permitidas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos, improrrogáveis. Os Deputados interessados em interpelar o Ministro Gilberto Carvalho deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Concedo, portanto, a palavra ao Exmo. Sr. Ministro Gilberto Carvalho, por 30 minutos.

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - Exmo. Sr. Presidente da Comissão, Deputado Pauderney Avelino, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, assessores, toda a imprensa, cidadãs e cidadãos, eu quero, inicialmente, Deputado,



agradecer a gentileza com que o senhor me acolhe aqui nesta Comissão e dizer que a minha presença aqui é um sinal de respeito a esta Comissão e a esta Casa. Considero que o diálogo entre o Legislativo e o Executivo só pode trazer benefícios para o País, para todos nós, na medida em que as dúvidas se esclarecem e em que nós possamos formular projetos e formular alternativas para o nosso País, justamente através do diálogo. Sou um defensor do diálogo e, por isso, recebo esta convocação com muita normalidade, com muita simplicidade e muito respeito.

Conforme o Presidente já explicitou, a convocação que eu recebo aborda duas questões. Uma delas são declarações que eu fiz à imprensa por ocasião da manifestação da feira agroecológica e do Congresso dos Sem-Terra aqui em Brasília, e o outro tema é a questão do livro publicado pelo ex-Delegado e ex-Secretário Nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior.

Vou fazer uma exposição muito breve, inicialmente, até para permitir que o diálogo entre nós seja esclarecedor, e eu atendo exatamente as necessidades de questões que os senhores e senhoras possam apresentar.

Em relação à questão do MST, nós estamos nos referindo à manifestação que houve no final do Congresso do MST aqui em Brasília, Congresso esse que teve a duração de 6 dias, realizado no Ginásio Nilson Nelson e arredores, juntamente com a realização de uma feira agroecológica. Quero ressaltar que esse Congresso foi realizado naturalmente com licença do Governo do Distrito Federal, e a feira contou, inclusive, como apoio de verbas de órgãos estatais, na medida em que a feira era representativa de produtos da agricultura agroecológica e orgânica da agricultura familiar, que é uma vertente muito importante que nós estamos tentando desenvolver no País, essa conversão para a agricultura orgânica.

Quero ressaltar que todo o Congresso e toda a feira ocorreram na mais perfeita disciplina, sem que houvesse sequer um único incidente, sem que, sequer, qualquer dano fosse causado ao imóvel que foi ocupado durante a feira, o Ginásio Nilson Nelson, com licença do Distrito Federal. E mesmo nas marchas e nas audiências que ocorreram naquela semana, também em nenhum momento houve qualquer depredação.



No final, no penúltimo dia da feira, as 16 mil pessoas que participaram do Congresso e da feira desceram em passeata, foram à Embaixada norte-americana e depois se dirigiram à Praça dos Três Poderes, onde houve um incidente.

O primeiro incidente é que por uma informação equivocada de que o MST desejava invadir o Supremo Tribunal Federal, o Ministro Lewandowski determinou com a suspensão dos trabalhos, porque ele recebeu essa informação.

A segunda informação é de que eles pretendiam também invadir o Palácio do Planalto e de que eles traziam em um ônibus uma carga de material para combater a polícia — porretes, fundamentalmente, para fazer o combate à polícia.

Eu fui testemunha desse fato, até porque fui escalado pela Presidenta da República, pela Presidência, para fazer o diálogo permanente com esses movimentos. Na medida em que o movimento se aproximou do Palácio, já com o entendimento prévio, eu descii para recebê-los na praça. Não houve nenhum problema, a não ser chegada alguns mais estressados tentaram atravessar a rua, mas foram rapidamente contidos, sem nenhum contato físico da polícia e com a própria direção segurando o pessoal. Eu fui lá e recebi esse pessoal.

Quando eles já se preparavam para deixar no Palácio do Planalto as cruzes, que é o símbolo da morte de sem-terra, cruzes feitas pelas crianças durante o congresso, houve então um tumulto efetivo.

Qual foi o meu pronunciamento no dia seguinte, ou melhor, no mesmo dia e também no dia seguinte? Há uma tendência muito forte, infelizmente, de um processo de criminalização dos movimentos sociais no Brasil. E todas as matérias que saíram, grande parte das matérias que saíram, criminalizavam o MST, como se eles de fato quisessem invadir o Supremo Tribunal Federal e de que depois teriam atacado gratuitamente a polícia.

Eu quero dizer aos senhores que tenho não só um profundo respeito, mas uma enorme gratidão à Polícia Militar do DF, à Polícia Civil e às polícias em geral, porque elas cumprem um difícil papel, em nosso País, de lidar exatamente com áreas muito difíceis da nossa população. Então, com todo respeito à polícia, a minha fala foi exatamente no sentido de: primeiro, deixar claro que não houve uma tentativa de invasão do Supremo, foi uma informação equivocada. E eu desafiei a imprensa inclusive, e a quem quisesse, que apresentasse sequer uma foto que



mostrasse a tentativa de invasão. Portanto, não se tratava de atacar a polícia. Longe de mim desmerecer o papel da Polícia Militar por tudo o que ela realiza.

Agora, ao mesmo tempo, eu sei que como todo ser humano, como todos os organismos compostos de seres humanos, a polícia, como o Executivo, como o Governo, como a minha Secretaria, como qualquer um de nós, está também infelizmente sujeita a erros. E naquele dia houve, infelizmente, um erro; houve o erro provocado pela informação. A primeira informação foi esta de que havia uma intenção, quando não havia, de invadir o Supremo. E a segunda é de que simplesmente partiu do movimento uma tentativa de agredir a polícia. Não foi isso.

A informação equivocada, já no final da passeata, quando tudo estava absolutamente em paz, de que o que eles, a direção do movimento, estavam distribuindo para os manifestantes porretes para abater a polícia, quando, na verdade, eram cruces que eles iam deixar, ali na frente, como símbolo da morte dos sem-terra, bem como pequenas estruturas, com as quais eles iriam simular as cabanas dos acampamentos, essa informação, passada ao Comandante, fez com que ele determinasse a entrada de uma coluna em direção a esse ônibus e impedisse a distribuição. Foi nesse momento, quando a polícia tentou impedir a distribuição, que houve o confronto, com alguns feridos, lamentavelmente.

A direção do movimento imediatamente agiu para conter a violência. Deram-se as mãos. As fotos mostram isso. Posso oportunamente trazê-las aos senhores. A direção atuou exatamente para impedir que se expandisse a violência que, com isso, foi contido naqueles termos. Em seguida, a passeata foi embora sem de novo nenhum problema.

Portanto, a minha fala não foi uma fala ofensiva à Polícia, foi uma fala em defesa daqueles que não queriam provocar violência, que efetivamente não tinham essa intenção. Inclusive, fizeram, antes do Congresso, uma reunião com a Secretaria de Segurança Pública para combinar exatamente qual seria o percurso, qual seriam os processos de manifestações que eles fariam nesses dias.

Não se trata, quero insistir, de um desses movimentos espontâneos que acabam muitas vezes terminando em violência; trata-se, na verdade, de um incidente, mas que atinge o movimento, que, nesse caso, tinha disciplina, tinha



vontade específica manifesta e ação concreta, o que determinou o contrário, a contenção da violência. Foi esse, portanto, o teor da minha fala.

Em relação ao segundo ponto, o livro do ex-Delegado Romeu Tuma Júnior, eu quero, com muita franqueza, dizer aos senhores que eu não li esse livro e que não desejo ler esse livro.

Em atenção à convocação desta Comissão, li a matéria da *Veja*, e a minha assessoria selecionou alguns pontos sobre os quais eu deveria me pronunciar.

Assim que saiu a matéria da *Veja*, eu tive a seguinte reação, que eu repito aqui: neguei peremptoriamente aquele diálogo que o Sr. Romeu Tuma Júnior coloca no livro, no qual — entre aspas — “em que eu confessaria que teria entregue recursos financeiros ao partido, especificamente ao então Presidente do PT, José Dirceu”. Eu neguei e disse que iria processá-lo, como de fato vou fazê-lo. E meu encontro com esse cidadão se dará na Justiça.

Eu quero dizer aos senhores que esse episódio já foi fartamente discutido, anunciado. Eu já tive a oportunidade de comparecer por duas vezes à CPI, no caso a CPI dos Bingos, quando fui interrogado longamente pelos Senadores; uma manhã toda e um pedaço de uma tarde. E, em uma segunda ocasião, voltei à mesma CPI e fiz uma acareação dolorosa com os dois irmãos do falecido e querido Prefeito Celso Daniel, quando novamente neguei peremptoriamente essa afirmação.

A CPI não me indiciou. Ela entendeu, portanto, o que eu estava afirmando. Meus contatos com esse cidadão foram poucos. Eu não conhecia esse cidadão até o dia em que o ex-Ministro Márcio Thomaz Bastos pediu que eu o recebesse em minha sala. Esse encontro se deu numa manhã, no Centro Cultural Banco do Brasil, onde funcionava à época a Presidência da República. O Márcio pediu para eu recebê-lo porque ele estava desesperado. As mesmas revistas que hoje o apresentam como herói, à época, mostravam ligações dele, chamadas perigosas, com alguns contrabandistas, com uma pessoa especificamente.

Não havia prova contra ele, e eu fiz, naquele dia, aquilo que sempre faço no Governo. Toda vez que alguém é acusado, você tem que defender a pessoa até que provem o contrário. E eu o acolhi em meu gabinete com esse espírito, para que ele tivesse a consciência de que o Governo não queria rifá-lo e que, se houvesse condições políticas e se ele tivesse convicção de sua inocência, já que não havia



nenhuma prova contra ele naquelas reportagens, que, à semelhança de outras, se constituem de vazamentos selecionados dentro de um processo... Portanto, alguém não pode ser julgado por vazamentos seletivos. Essa é a minha convicção. Então, eu o recebi nesse espírito.

E, ao contrário do que ele parece afirmar no livro, eu, em nenhum momento, pedi a saída dele ou fiz qualquer recomendação à Comissão de Ética para que ele fosse repreendido ou algo assim. Pelo contrário. Eu fiz a defesa dele. E mais do que isso, recebi também a esposa dele, desesperada, em meu gabinete, dizendo que ele estava muito mal, e procuramos fazer a defesa dele.

Ele só saiu do Governo porque, de fato, as condições políticas naquele momento, sendo ele Secretário Nacional de Justiça, e os vazamentos que mostravam ligações telefônicas dele com algumas pessoas, criavam para ele, que era Secretário Nacional de Justiça, uma condição política insustentável.

O ex-Presidente Lula fez o que pôde para que ele não saísse do Governo, mas não havia condição, como aconteceu com vários dos nossos companheiros ao longo desses 12 anos de Governo.

Portanto, é muito difícil para mim, pessoalmente, entender as razões que levaram esse senhor a fazer esse tipo de afirmação em seu livro, afirmações essas que naturalmente ele vai ter que provar na Justiça, até porque ele coloca aspas.

E eu quero dizer aos senhores que, evidentemente, eu não falei isso, porque, primeiro, eu não iria falar uma mentira, não iria falar uma coisa que eu não tinha feito. E, segundo, não falaria, em hipótese nenhuma, para uma pessoa cujo comportamento eu sabia que tinha uma série de divergências, de complicações. De maneira alguma! A única coisa que eu disse, quando ele estava saindo da sala, foi: *“Tuma, quando passar tudo isso, um dia eu quero conversar um pouco com você sobre a questão de Santo André.”* Porque nós temos divergências a respeito das interpretações.

Quero aproveitar para dizer aos senhores que o caso de Santo André não é misterioso para nós. É um caso que foi analisado em dois inquéritos sucessivos pela Polícia do Estado de São Paulo, dirigidos à época pelo Governador Geraldo Alckmin.



Quero lembrar também que a prisão dos assassinos foi feita pela Polícia Federal, dirigida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Portanto, não havia nenhuma intromissão e possibilidade de negociação nossa com a Polícia. O que nós sabemos é o que a Polícia nos revelou, e o resto é uma porção de especulações, que o tempo todo tentam fazer.

Portanto, eu só quero esclarecimentos, na parte final do livro, onde, a meu juízo, ele combina fatos reais com uma série de inverdades, para dar validade a essas inverdades. Mas eu quero dizer que nego isso peremptoriamente. E, como já disse, vamos nos encontrar na Justiça, no momento que eu julgar mais adequado, para que isso fique de uma vez por todas resolvido, até porque, como eu não tenho nada em minha vida, tenho uma honra a defender, e dessa não posso abrir mão.

É essa, Sr. Presidente, a minha fala inicial. Estou absolutamente à disposição para o diálogo com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Concluída a exposição, iniciaremos os debates.

Inicialmente, os autores dos requerimentos disporão de até 10 minutos para fazerem suas intervenções, dispondo o Ministro de igual tempo para as respostas.

Concedo a palavra, portanto, por até 10 minutos, ao primeiro orador, Deputado Efraim Filho, autor de um dos requerimentos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Quero agradecer a presença do Sr. Ministro. Atendendo aos apelos de V.Exa., Presidente, tentaremos ser concisos e objetivos para permitir que todos possam participar desta audiência.

São dois autores, eu e o Deputado Alexandre Leite. Eu vou me cingir a um tema, e o Deputado Alexandre Leite ficará com o outro. Inicialmente, Senhor Presidente, quero agradecer a presença do Ministro Gilberto Carvalho aqui na Comissão de Segurança Pública, a qual tive oportunidade de presidir. Hoje o Deputado Pauderney Avelino me sucede muito bem.

Eu vou me cingir ao primeiro tema, ao qual V.Exa. se reportou da tribuna, que é exatamente a questão do MST. O Deputado Alexandre Leite abordará o tema na sequência.

A pergunta, Ministro, diz respeito ao que o jornal *O Estado de S. Paulo* divulgou. "A *PETROBRAS* patrocinou com 650 mil reais a *Mostra Nacional de*



Cultura Camponesa, realizada dentro do 6º Congresso Nacional do MST”, como V.Exa. se referiu. “A Caixa Econômica Federal e o BNDES colaboraram — boa colaboração — com um total de 550 mil reais para o evento, por meio de patrocínios para a Associação Brasil Popular — ABRAPO, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA aplicou 448 mil reais para montar a estrutura da Feira Agroecológica realizada, durante o evento.” Chegamos, portanto, a uma soma que se aproxima a 1,5 milhão de reais inseridos no evento.

A pergunta é simples, direta e concisa. Qual a sua interferência junto a esses órgãos para a liberação desses recursos? Houve alguma gestão da sua parte para que esses recursos fossem liberados para a feira? A pergunta é essa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Pode responder.

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - Eu, há cerca de 20 dias, um mês, estivesse nesta Casa, na Comissão de Controle, e já explicitarei essa questão. Repito: efetivamente as estatais patrocinaram a Feira Agroecológica como uma forma de apoio à realização da agricultura familiar, da agricultura organoecológica, da mesma forma como as estatais patrocinam também as feiras ligadas, digamos, ao agronegócio.

Nós entendemos que essas feiras são importantes porque mostram novas tecnologias, mostram o avanço dessas formas de agricultura. Eu tive, sim, uma participação, fiz uma recomendação a essas estatais para que elas, de fato, realizassem esse patrocínio.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sobre a primeira pergunta, e depois retornaremos, V.Exa. afirma, então, que houve realmente uma gestão pessoal, do interesse de V.Exa., em ajudar na liberação desses recursos. Voltaremos ao tema em outro momento.

E, para finalizar, tenho uma última pergunta, Ministro. Gostaria de saber se V.Exa. poderia classificar o conteúdo das reivindicações que representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra entregaram ao senhor, em 12 de fevereiro passado, ao final do congresso, em Brasília; e também se o senhor poderia nos disponibilizar esse documento com as reivindicações, caso ele exista, para o conhecimento da Mesa, para que possamos ter acesso ao que pensa o MST, até porque sabemos que hoje ele anda bastante insatisfeito com o Governo Federal,



inclusive fazendo críticas à forma como a Presidenta Dilma vem conduzindo a reforma agrária no País.

Gostaria de saber se V.Exa. tem o documento, se pode dizer qual era o conteúdo e, se for possível, dar o conhecimento à Mesa.

Essa é a minha participação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Obrigado a V.Exa.

Ministro, V.Exa. tem a palavra.

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - Deputado, terei o maior prazer em fazer chegar à Mesa a reivindicação de V.Exa. Aqui está a carta entregue à Presidenta Dilma Rousseff, que passo às mãos do Sr. Presidente. O conteúdo basicamente vai na linha de demandar... Eles fazem uma crítica dura ao que eles chamam de paralisia da reforma agrária e demandam apoio à política da agricultura familiar, à questão dos juros, à questão da ampliação do PRONAF.

Enfim, não tenho todas as reivindicações de memória agora, naturalmente, mas posso dizer que o núcleo das reivindicações está fundamentalmente no avanço, de fato, da reforma agrária e na qualificação dos assentamentos, e, sobretudo, das nascentes agroindústrias, com as quais eles estão trabalhando muito no País.

Tive oportunidade também de repetir que hoje as cooperativas ligadas ao movimento — acho que é importante que o Deputado tenha ciência disso — produzem, no Brasil, 5 milhões de leite por dia. Elas industrializam esse leite; produzem 22,5 mil toneladas de arroz orgânico por ano; 17 mil toneladas de arroz convencional; 12 mil toneladas de feijão; 2,7 mil toneladas de farinha de mandioca; 63 toneladas de hortaliças orgânicas; 230 toneladas de semente de arroz; 380 toneladas de semente crioula de milho; 450 toneladas de semente de feijão, sempre sementes crioulas; 145 mil sacas de café.

É evidente que esses números são muito pequenos frente à grande produção do agronegócio, da qual nós também temos orgulho, mas só para dizer que se trata, de fato, de uma linha de trabalho desses movimentos, que nós temos que efetivamente apoiar, porque isso aqui é alimento saudável, de qualidade para a mesa do brasileiro.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu só tenho elogios a fazer à produção que foi citada. Agora, como V.Exa. mesmo reportou, gostaria que aos setores do



agronegócio fosse dado esse mesmo carinho e essa mesma atenção que o MST tem do Governo, porque hoje eles produzem e sustentam a balança comercial do País.

Sr. Presidente, agradeço ao Ministro as suas palavras.

Foi a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Obrigado.

Com a palavra o segundo signatário, o Deputado Alexandre Leite.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Sr. Presidente, Sra. Deputada Keiko Ota, Srs. Deputados presentes, Sr. Ministro Gilberto Carvalho, novamente aqui na Câmara dos Deputados, eu gostaria de fazer a minha pergunta, mas gostaria de traçar aqui um contexto.

Não me leve a mal, não me tenha como um agressor, mas o contexto me deixa em dúvida quanto às afirmações do Ministro Gilberto Carvalho. O Ministro tem um currículo, digamos assim, um pouco pesado para a função que exerce. Embora não tenha condenação criminal, embora não tenha sido apenado, como alguns colegas, o Ministro é citado em diversas operações da Polícia Federal, Pronto Emprego, Satiagraha, dentre outras operações. E, novamente, é citado aqui no livro do Romeu Tuma Jr., *Assassinato de Reputações*.

Tudo leva a crer que o Ministro, não apenado, não condenado, até então não indiciado, ou é uma pessoa de muito azar, porque toda hora é citado em grampos telefônicos, ou nós podemos presumir a falha da Justiça ou a obstrução da mesma. Eu prefiro acreditar na falha da Justiça e não que ela esteja sendo obstruída por algum outro tipo de força.

Dentro desse contexto, Romeu Tuma Jr. faz alegações em alguns trechos de suas entrevistas referentes ao livro, que ora escrevera. V.Exa. mesmo já negou o fato, mas ele disse que V.Exa. levava e entregava dinheiro de empresários de Santo André ao então Ministro José Dirceu. Então, fica o contexto.

O principal envolvido no caso, a principal testemunha, que seria o Prefeito Celso Daniel, está morto. O outro, apenado, cumprindo pena na Papuda. Então, esse contexto me preocupa. Essas alegações nos preocupam. Todos em torno das alegações até então negadas pelo Sr. Ministro estão mortos ou cumprindo pena, e o Ministro insiste em negar e diz que só vai responder à Justiça. Esta é uma



oportunidade para o Ministro poder ou tentar esclarecer esses fatos e se defender, de forma antecipada, das alegações feitas pelo Romeu Tuma Júnior — afinal de contas, à época, Secretário Nacional de Justiça. Não é qualquer pessoa que ocupa tal cargo, mas, com certeza, uma pessoa de extrema confiança.

Ele também fala — é o tema principal do seu livro — sobre uma fábrica de fazer dossiês e assassinar reputações. Isso V.Exa. não mencionou na sua explanação. Eu gostaria de saber como funcionava esse esquema, se ele existia, qual a participação. Ele cita V.Exa. diversas vezes na formação de falsos dossiês. E nós já vimos comprovado aqui no DF, no caso do Governador Agnelo, o mesmo esquema, mas formado através de redes sociais, e ainda contratado com dinheiro público. Então, essa é uma praxe que eu não vou dizer que todo o PT, mas que grande parte dele adota como política de reprimir os adversários.

Então, eu queria saber um pouco mais do Ministro quanto a esse assassinato de reputações, se existe, e que também, mesmo que negado por muitas autoridades, se encontra num contexto curioso. Depois de exonerado, o então Secretário Nacional de Justiça faz um livro, dizendo que tenha sido em virtude de não ter aceitado fazer parte desse conluio e que está disposto a provar tudo isso na Justiça. E alega ainda outras coisas mais, não sei se vale a pena mencionar, mas também se encontra no livro o fato de o pai do Romeu Tuma Júnior, Romeu Tuma, ter sido comandante do DOPS e de que, naquela época, houve um possível rumor de o ex-Presidente Lula ter sido informante. Se V.Exa. tiver alguma informação, esta é até uma oportunidade para defender os seus semelhantes partidários e se defender.

Tudo isso se encontra em um contexto muito curioso, Ministro. Não é o simples fato de se negar uma acusação, mas de tentar elucidar os fatos que circundam essa operação tão obscura que foi a Satiagraha... Desculpe, o assassinato do então Prefeito Celso Daniel. V.Exa. diz que foi elucidado, que ficou muito claro e que não é novidade para nós. Não é novidade, mas os fatos ainda continuam muito controversos.

Então, essa é a pergunta que eu faço ao Sr. Ministro. Espero que possa responder de acordo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Obrigado, Deputado Alexandre Leite.

Com a palavra o Ministro Gilberto Carvalho.

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - Fique tranquilo que eu não tomo nada por pessoal. É dever dos senhores perguntar mesmo e me inquirir aqui.

Deputado, eu tenho 63 anos e quero dizer para o senhor que não tenho do que me envergonhar no meu currículo. Eu sou um servidor público, já meio para o final da carreira. Graças a Deus, tenho diante de Deus a minha consciência muito tranquila. Não acumulei bem material nenhum, a não ser a minha honra, os meus cinco filhos e a minha conduta a serviço do povo. Para mim, isso é muito claro.

Quero dizer também que é muito estranha e preconceituosa a sua afirmação de que o fato de o Celso estar detido e o José Dirceu ter sido condenado, de que isso pode imputar a mim qualquer culpabilidade. Eu acho estranho esse raciocínio. Eu tenho honra de ter vivido com o Celso, com quem aprendi muito, e também posso dizer que tenho honra de ter convivido com o Ministro José Dirceu. Portanto, não me envergonho da minha vida, do meu passado, da minha história.

Eu não estou me reservando a responder na Justiça, não. Eu respondi aqui, agora. Eu disse um “não” muito qualificado. Eu não estou fugindo da sua pergunta. É “não”, eu não falei. Até que se mude a lei, V.Exa. sabe que na Justiça brasileira o ônus da prova é de quem acusa. Não me cabe trazer prova de que eu não falei. Cabe a ele, que acusou, inclusive transpondo — o que é grave —, em aspas, palavras minhas, provar isso. Eu quero que ele prove isso. Vai ser muito difícil, porque gravação ele não tem, porque, se tivesse, não podia ser mentirosa daquele jeito. Então, eu não falei essas palavras. Eu não fiz aquilo que ele chamou de confissão. Insisto simplesmente porque o fato ali narrado é mentiroso. Eu não fiz isso, não pratiquei esse crime. Já disse a V.Exa. que eu defendi duas vezes essa questão aqui numa CPI. Eu não tenho medo da verdade; não tenho medo de enfrentar o debate. É o que resta na minha vida. Então, V.Exa. fique tranquilo, eu não vou esperar a Justiça. Na Justiça eu vou esperar que esse cidadão traga a prova. Eu não vou fazer palanque para ele nem processá-lo na hora que ele quer. Eu vou esperar a hora adequada, quando o meu advogado achar adequado. Ele está agora no momento de glória dele, vendendo livros. Tudo bem, mas vai chegar o



momento em que as afirmações que estão ali, pelo menos no meu caso... Nos outros eu não sei, eu não tenho procuração de ninguém para defender as pessoas, aforante essa loucura de dizer que o Lula teria sido informante do DOPS. Nem vou comentar isso, pois não merece comentário, assim como também em relação aos dossiês. Eu quero que ele prove se eu tive alguma conversa com ele, ao longo do tempo em que estive na Justiça, falando alguma coisa de dossiê. Vai ter que provar, porque não é assim. Eu não posso chegar e dizer que tal pessoa pediu isso se ela não pediu.

Então, eu insisto ao dizer a V.Exa. que não fiz essa declaração que foi atribuída a mim no livro dele. Não pedi, nunca, ao Sr. Tuma e a ninguém que fosse produzido dossiê, até porque não considero isso uma forma adequada de luta política.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o Deputado Alexandre Leite, para fazer sua tréplica.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Então, como eu disse, V.Exa. se considera azarado por sair em tantos grampos da Polícia Federal e mais essa acusação.

Quanto a elucidar os fatos na Justiça, eu acho que isso poderia, por parte de V.Exa., trazer uma imagem positiva em meio a tantas obscuridades. Se V.Exa. realmente preza pela verdade, eu acho que um processo judicial, obrigando Romeu Tuma Junior a provar tudo o que é alegado, poderia passar, como diz o ex-Ministro Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal, na pia batismal e quem sabe lavar a alma na Justiça de tudo isso que é alegado.

Acho que V.Exa. afirmou, em dezembro de 2013, que ingressaria no Judiciário para processar Romeu Tuma Junior. E ele, em uma entrevista no programa *Roda Vida*, já disse que aguarda ansiosamente para provar tudo aquilo que ele alegou. Então, por que a espera? Existe uma previsão para ingressar no Judiciário e trazer tudo isso à tona? O que nós mais queremos é saber a verdade. Então, se ele está mentindo, que pague por isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o Ministro Gilberto Carvalho.



O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - Eu agradeço a sua insistente sugestão, mas a mim eu espero que fique reservado o direito de processá-lo no momento em que eu julgar adequado, não no momento em que ele quer. O palanque eu não darei. Eu farei isso na hora em que o meu advogado, taticamente, julgar adequado. É isso. Mas vou processá-lo, sim. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Obrigado, Ministro. Obrigado Deputado Alexandre Leite.

Passo a palavra ao terceiro signatário, Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, Sr. Ministro — agradecemos a sua presença —, demais colegas, nós estamos diante de um fato que chamou muito atenção de toda a Nação: um Delegado de carreira que cumpriu seu dever, em várias e várias circunscrições da República, mas que esteve, em determinado instante, dentro da alma operacional do Governo, da *intelligentsia* do Governo. E, de súbito, depois de já ter saído do Governo, resolve apresentar à sociedade um conjunto de informações que ele entende extremamente relevantes não só para, quem sabe, nas palavras dele, limpar sua própria honra, esclarecer fatos, mas também contribuir com a transparência, que é pressuposto básico de um regime democrático, de tudo aquilo que está na esfera do poder, sobretudo na esfera máxima do poder brasileiro.

Então, realmente nos causou muita preocupação todo aquele conjunto de informações, com detalhes — e nós sabemos que não foram poucos; o livro tem certo fôlego — que revelam diálogos, encontros, engrenagens adrede preparadas com objetivos políticos claros.

E aí vai a primeira indagação, sem querer ser redundante, mas é preciso insistir. A certa altura, o Sr. Tuma Junior informa que foi expressamente instado pelo Ministro da Justiça a dar sequência a um inquérito, no âmbito do setor em que trabalhava, no Departamento de Recuperação de Ativos, por uma direta orientação e determinação de um ente superior da esfera, ou seja, o próprio Presidente Lula, através do Sr. Secretário Gilberto Carvalho. Eu me refiro àquilo que se intitula, pelas palavras de Romeu Tuma, a fábrica de dossiês, especificamente da intenção de fabricar um dossiê em relação ao Governador Marconi Perillo. Esse é o primeiro ponto.



O segundo ponto que eu queria indagar de V.Exa. é acerca das suas relações com o hoje presidiário e ex-Ministro José Dirceu, que, segundo consta, deriva desde os idos iniciais do PT, perpassando Santo André e tantas outras oportunidades em que trabalharam juntos. A questão é basicamente ao cidadão Gilberto Carvalho. Acompanhando, como a Nação acompanhou, todo esse processo intitulado mensalão, com todas as informações e riquezas de detalhes, de investigações e de transmissões ao vivo de votos demoradíssimos de Ministros, de recursos, de interposições, de agravos, coisas do gênero, V.Exa. acha que o Supremo Tribunal Federal fez justiça nesse caso? É uma pergunta que quero dirigir ao Ministro e cidadão Gilberto Carvalho.

Sem querer repeti-la ou me apropriar da indagação do Deputado Alexandre Leite, no fundo, causa-nos certa preocupação, certa perplexidade essa ideia e essa concepção de estratégia de ação no Judiciário que V.Exa. nos traz de identificar qual a oportunidade de processar quem o acusou, de forma muito clara e aberta, em dezembro passado. Respeito V.Exa., evidentemente aqui não estamos tratando de nada do ponto de vista pessoal, mas já se passaram 4 meses. Com honra não há flexibilidade, no meu entendimento. E, se a alguém é imputada uma injúria, uma calúnia, uma difamação, está aí o Direito brasileiro, que lhe permite ir às raias do tribunal para procurar justiça. Então, eu queria que V.Exa. falasse um pouco mais sobre essa flexibilidade de tempo. Sei que a estratégia é uma questão de foro íntimo, mas nos chama atenção também esse período todo ter passado.

E finalmente eu indagaria, Sr. Ministro, em relação a esse último fato. Inúmeros são os fatos que, lamentavelmente, têm ocorrido. Eu não vou entrar no assunto da PETROBRAS, etc. O Município de Londrina, que é um Município importante do Brasil e tem personalidade, sem dúvida nenhuma, tem ganhado as páginas dos jornais ultimamente com notícias mais da esfera criminal do que da esfera do desenvolvimento. Londrina é uma cidade desenvolvida.

V.Exa. também é paranaense, também é de Londrina. A pergunta que se faz em face desses últimos episódios que envolvem um Deputado de Londrina, o Deputado André Vargas, e um doleiro de Londrina, Alberto Youssef, que, inclusive, são réus em um caso de que também não se sabia, intitulado AMA/COMURB, que, segundo alguns periódicos da região, é intitulado o maior escândalo de corrupção da



história de Londrina, ocorrido na década de 90... Eu gostaria que V.Exa. falasse um pouco mais sobre isso.

V.Exa. conhece bem o Deputado André Vargas, conhece o Sr. Alberto Youssef. O que V.Exa. acha que está acontecendo em relação a esse episódio, sendo que agora os jornais já falam também que há uma conexão... Eu não quero aqui afirmar, apenas soube que já se menciona o nome do Ministro Paulo Bernardo em relação a toda essa engrenagem de operação de recursos que se montou através das facilidades que eventualmente um doleiro pode ensejar.

Essas são, Sr. Ministro, com todo o respeito, as indagações cujas repostas queria ouvir de V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Eu passo a palavra ao Ministro Gilberto Carvalho, mas peço a compreensão do nobre Deputado Otavio Leite, porque o objeto da convocação do Ministro não inclui essa última pergunta. Fica a critério do Ministro respondê-la ou não.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, eu fiz a ressalva — tanto que, a certa altura, eu me dirigi ao cidadão, perguntando o que ele achava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - O Supremo fez justiça no mensalão? Eu queria saber a opinião dele. Se ele quiser responder em relação ao caso agora do doleiro Alberto Youssef também, que fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Renato Simões.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Sr. Presidente, queria fazer uma sugestão de encaminhamento a V.Exa., no sentido de que nós pudéssemos ouvir blocos de Deputados, porque nós estamos segurando o Ministro aqui para ouvir conselhos, dar opiniões, e parece que seria muito mais produtivo se o conjunto dos requerentes da audiência fizessem suas questões, e o Ministro selecionasse o que de substantivo e de dentro da pauta lhe cabe responder. Nós ganharíamos o tempo de S.Exa., de nós mesmos, do povo brasileiro, e teríamos maior eficiência.



É a sugestão que faço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Agradeço a V.Exa. a sugestão.

Com a palavra o Ministro Gilberto Carvalho.

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - Eu quero dizer ao Deputado Otavio Leite que eu estou convocado aqui como funcionário do Estado e vou me comportar como tal. Eu vou seguir o Regimento. Se, oportunamente, V.Exa. quiser discutir comigo os outros assuntos, eu estou à sua disposição para ir a seu gabinete. Aqui, quero me comportar como funcionário público e vou seguir, portanto, estritamente o Regimento da Casa. Com a mesma cortesia com que eu vim, quero pedir essa compreensão.

Com relação à questão do Marconi Perillo, é evidente que eu não entreguei nenhum papel, nenhum dossiê nas mãos do ex-Delegado Romeu Tuma Júnior. Portanto, essa também é uma informação completamente sem fundamento.

Em relação ao processo, Deputado, eu de fato quero insistir em que, o que eu tinha que fazer, essencialmente eu fiz no dia em que saiu a acusação. Eu neguei peremptoriamente aquela acusação, publicamente. Portanto, a minha honra eu defendi ali.

O momento em que eu vou dar entrada ao processo não é o momento em que o Tuma quer; é o momento em que eu achar adequado — até porque ele está dizendo que vai lançar um segundo livro. Vamos ver. Quem sabe é melhor esperar o segundo livro? Não sei. Essa é uma questão que, de fato, eu devo discutir com o meu advogado.

Agora, o essencial eu já fiz publicamente e estou fazendo aqui de novo. V.Exas. estão me dando esta oportunidade. E eu, portanto, faço uma negativa peremptória de tudo aquilo de que ele me acusa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Obrigado, Deputado Otavio Leite.

Com a palavra o Deputado Nilson Leitão.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Ministro Gilberto Carvalho, eu sou, junto com o Deputado Carlos Sampaio, que não pôde vir, por estar com problema de saúde, e com o Deputado Otavio Leite, um dos



autores do requerimento. Acaba havendo redundância, mas o objeto dos temas no traz algumas preocupações, e vou direto a elas.

A primeira delas é esse relacionamento quase que aberto com o que ocorreu nesse encontro do MST em Brasília. Houve, sem dúvida nenhuma, uma vontade enorme do Governo de que houvesse uma bagunça, um caos, até uma invasão ao STF, por conta da sentença dada aos mensaleiros. E, de forma bastante pública, isso foi bancado pelo Governo através da sua Secretaria. Em alguns lugares de forma afirmativa na imprensa, em outros não. Mas eu gostaria de ouvir V.Exa. falar sobre essa relação com o MST, que não é diferente da com outros setores que se dizem minorias.

Também, Sr. Ministro, V.Exa. disse no início de sua fala que V.Exa. defende muito a agricultura familiar, o pequeno e o médio produtor. Eu tenho aqui em minhas mãos uma carta, não da Mariposa Apaixonada de Guadalupe, mas do MST e de todos os segmentos de assentados, enviada à Presidente Dilma, falando exatamente do pior momento que vivem esses segmentos na história pós-militar. Tivemos o menor número de assentamentos desde então. Saúde, educação e infraestrutura estão um caos. Nos assentamentos, não há telefone, não há Internet; os assentados vivem num mundo isolado, como no tempo das cavernas.

E eu me admiro de o Governo e, principalmente, V.Exa., que é talvez o mais ligado ao Presidente Lula no Governo Dilma Rousseff, fazer um discurso desses, tão bem elaborado, porque, na prática, eu conheço bem os assentamentos no Brasil, principalmente no Centro-Oeste e no Norte do País: são favelas rurais o que existe lá. Não há nenhum tipo de entendimento. Ao contrário, o INCRA comete absurdos um atrás do outro, e com muita corrupção — denunciada pelo Ministério Público, denunciada ao próprio INCRA —, negociatas, entregas de terrenos para todo mundo.

Eu gostaria que V.Exa. trabalhasse da mesma forma fervorosa que trabalhou para o movimento concentrado em Brasília, com passagem, com estrutura financeira e com tudo o mais para atender as famílias dos assentamentos, para, de fato, produzirem para o Brasil.

V.Exa. deve ter recebido essa carta. Não sou eu quem está dizendo, é o MST.



Outra situação que também nos causa estranheza é essa sua crítica de fato à ação da Polícia Militar, de que V.Exa. já falou e até justificou — mas não explicou. Por mais que fale que tenha respeito, V.Exa. fez uma crítica e criou um problema para o profissional militar em relação ao MST, que naquele momento veio fazer na verdade uma baderna organizada, orquestrada pelo próprio Governo.

Nessa esteira, eu até faço uma pergunta também sobre o que foi vinculado na imprensa em relação a esse movimento que houve no mês de julho, quando também houve na imprensa a denúncia contra V.Exa. de que funcionários do seu gabinete praticamente coordenaram o movimento Black Bloc, dentre outras coisas.

Eu gostaria que V.Exa. também falasse — até porque está no contexto — sobre o fato de que não houve muita diferença entre *black blocs* e MST no movimento que houve naquele momento, na tentativa de invasão do STF.

Dentro também do que foi falado, eu sigo dizendo que é necessário explicar, de uma forma um pouco mais contundente, a questão de dossiês, porque ela existiu. Nós já temos, dentro do Governo, a questão dos aloprados, envolvendo o seu nome ou o de outros Ministros. Há o caso agora do Berzoini e do Mercadante, que estão Ministros e que foram acusados disso também, o que é um assunto seríssimo.

O Brasil não pode ter essa ditadura de querer matar os seus adversários denegrindo sua imagem devido à busca pelo poder. É uma coisa absurda essa que nós estamos vivendo. Muito absurda.

E, com todos esses escândalos ocorrendo, há também essa relação — eu acho importante colocar uma coisa ligada à outra, mesmo com o Presidente chamando a atenção de todo mundo — de amizade, que V.Exa. não nega. Ninguém pode negar essas amizades. Mas elas causam certa estranheza.

Num país onde se quer de fato primar pela ética, pela moral, por tudo, dificilmente isso ocorre. Dificilmente um funcionário do alto escalão do Governo se mantém relacionado com pessoas que estão envolvidas com malfeitos, com ilícitos.

Então, é claro que falar neste momento sobre o escândalo de André Vargas, que tem uma relação próxima com o Governo, que é Vice-Presidente da Câmara e que, sem dúvida nenhuma, mais do que um cabo eleitoral, é um filiado de elite do PT... Até agora não vimos o Planalto se pronunciar oficialmente sobre isso — se fosse um adversário, fatalmente já teria se pronunciado. Muito pior, ouvimos o



Presidente do seu partido dizer exatamente o contrário: que não tinha tanta importância o que estava ocorrendo. Isso é grave para o País. É até um apelo que a gente faz.

A imprensa pergunta: “E se também alguém da Oposição estiver envolvido?” Será dado a ele o mesmo tratamento pela Oposição. Não tenham nenhuma dúvida em relação a isso. Todos os casos que envolvem esses escândalos realmente causam estranheza.

Por último, Ministro, V.Exa. falou que o Romeu Tuma Júnior foi exonerado, saiu do cargo, porque ficaram insustentáveis os grampos. Os grampos do André Vargas também são insustentáveis. V.Exas. deveriam tomar a mesma providência, mesmo sendo um Parlamentar. O partido tem essa obrigação, e V.Exa. tem influência, e muita, no partido.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Sr. Presidente, ele está fugindo do assunto. É uma questão de ordem que faço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, eu quero que repare meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o Deputado Nilson Leitão.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu sei que isso realmente machuca...
(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o Deputado Nilson Leitão.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu já conheço o seu *modus operandi*.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - V.Exa. está sendo (*inaudível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Deputado Edson Santos, não faça isso, por favor.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu já conheço o seu modelo. Deixe-me terminar, e, depois, V.Exa. poderá falar o que quiser.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Aqui não é vale tudo, não!

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - V.Exas. mudam a regra conforme a época, não é?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Sem debate paralelo, por favor.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - De fato, o que se tem que deixar claro é que o ex-Secretário Romeu Tuma Júnior escreveu uma denúncia grave. Ela foi escrita — ele não falou; ele escreveu, publicou.

Então, eu quero fazer aqui uma correção. Como V.Exa. mesmo disse, se eu puder colaborar... V.Exa. disse que está aqui como funcionário público, e, como funcionário público, V.Exa. tem a obrigação de fazer aqui uma defesa não só pública. Se ele o acusou e V.Exa. não deve, V.Exa. já deveria ter entrado na Justiça contra ele — ou pelo menos o Governo deveria ter feito isso.

Ora, se alguém acusar um Secretário de qualquer tipo de crime, ele e o Prefeito da cidade vão simplesmente esperar a época certa para entrar com processo na Justiça? A cidade vai ficar em polvorosa durante todo esse tempo? O Governo não pode se comportar desse jeito! Foi uma acusação escrita. Escrita.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Não há questão de ordem.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Sr. Presidente, eu só quero saber se esta é uma audiência pública ou uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Deputado Protógenes, o Ministro Gilberto Carvalho vai responder...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Deputado Protógenes, eu gostaria que V.Exa. me deixasse terminar.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito ou uma audiência pública? É só isso que quero saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Deputado Protógenes...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, ninguém pode cercear os minutos de exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Ninguém vai cerceá-los.



O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - O Parlamentar tem liberdade de falar o que quiser e de perguntar...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Ele vai responder se quiser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra V.Exa., Deputado Nilson Leitão.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu não estou acusando o Ministro de nada, não o estou maltratando — ao contrário disso. Eu só estou dizendo o que a sociedade quer ouvir, o que é nossa obrigação nesta Casa. Se alguns quiserem proteger, protejam depois.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero deixar claro que esta é a nossa opinião. Como homens públicos, também acontece conosco de a sociedade nos elogiar e criticar. Muita gente dá opinião na nossa vida por sermos homens públicos — isso acontece com todos nós, não só com o Sr. Ministro.

Por fim, deixo aqui apenas o registro de que S.Exa. não ter entrado com ação passados já 4 meses causa estranheza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra, por igual tempo, o Ministro Gilberto Carvalho, lembrando que S.Exa. vai se ater aos termos dos requerimentos de convocação objetos desta sessão.

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - Muito obrigado, Deputado Nilson Leitão.

Eu sou obrigado, Deputado, em primeiro lugar, a fazer uma referência muito clara a uma afirmação sua com a qual eu não posso concordar. V.Exa. acusou o Governo de estimular a invasão do STF. Isso é grave. Eu queria que V.Exa. reunisse provas para evidenciar essa acusação. Não houve nenhuma tentativa de invasão do STF. Eu já disse isso na outra Comissão e repeti aqui hoje. Nós não seríamos levianos a ponto de promover qualquer ato dessa natureza.

Eu quero, Sr. Presidente, aproveitar este momento para fazer uma reflexão com V.Exas. Acho que nós temos que aproveitar estes momentos para isso. O Brasil é um país historicamente marcado pela injustiça — V.Exa. sabe disso —, pela concentração da renda, pela concentração da terra. A ausência de uma reforma agrária no tempo adequado provocou no País grandes desequilíbrios. E, quando a



sociedade se mobiliza, quando movimentos se mobilizam para reivindicar seus direitos, há dois caminhos.

Um caminho é, infelizmente, o da repressão, da ditadura, como a que teve início 50 anos. A ditadura surgiu exatamente para conter a reforma agrária — essa foi uma das suas causas fundamentais, como sabe. V.Exa. Pois bem, esse é um caminho: reprimir, tentar sufocar — o que nunca se consegue — a rebelião dos fracos.

O outro caminho é o de fazer o que nós estamos tentando fazer: devolver ao povo, aos excluídos, aos injustiçados, aos injustamente vencidos os seus direitos, a possibilidade de ter seus direitos respeitados.

Nem sempre o modo como os excluídos agem pode ser considerada adequada por nós. Eu já disse da outra vez e reitero: nós não temos identidade com os métodos do MST quando ele invade fazendas produtivas ou estações experimentais. Nós temos muitas críticas em relação ao MST, como eles as têm em relação ao Governo. A carta que o Deputado Nilson mencionou é um atestado da independência do Movimento em relação ao Governo e do Governo em relação ao Movimento.

Agora, maturidade democrática, Deputado, é receber uma crítica da parte de um movimento e, ao mesmo tempo, reconhecer o que o movimento faz de construtivo e estimular o lado construtivo desse movimento. Nossa atuação tem evitado a ampliação dos conflitos. Nossa mediação tem justamente procurado fazer com que o Movimento cada vez mais faça se manifeste aqui, produza e não crie conflitos. Nesse sentido é a nossa atuação.

E V.Exas. deveriam dar graças a Deus por essa atuação, porque é ela que tem direcionado positivamente no sentido de deixar muitos assentamentos que eu mesmo qualifiquei publicamente como favelas rurais em condições adequadas de vida e de produtividade. O Brasil tem avançado positivamente. O Movimento tem avançado positivamente nessa perspectiva. Cada vez mais a direção do Movimento tem trabalhado nessa perspectiva, e a nossa indução é para isso.

Portanto, eu tenho orgulho de ter apoiado a feira agroecológica, como tenho orgulho do agronegócio brasileiro e das feiras que nós apoiamos, como a feira de



Londrina, a ExpoZebu e a Agrishow, em Ribeirão Preto. O Presidente Lula foi a todas elas, e a Presidenta Dilma as tem apoiado.

Vamos comparar os bilhões de reais que nós, todos os anos, empregamos para promover o Plano Safra do agronegócio, merecidamente, com o muito pouco que nós temos dado, de fato, de estímulo para a agricultura familiar. É natural que seja assim. Eu defendo isso. Precisamos ter uma mentalidade de paz, de construção da paz, porque conflito e repressão nunca resolveram nada nem vão resolver.

Por isso nós apoiamos, sim, essa feira agroecológica. Por isso tenho levado a Presidenta Dilma a Arapongas, por exemplo, para conhecer o que é um assentamento que deu certo, com uma produção extraordinária de laticínios a partir do leite captado tanto de assentados como de pequenos agricultores familiares do norte do Paraná, tudo com um belíssimo resultado. Isso vale também para Querência do Norte, vale para a Cooperativa Agrovida, em Santa Catarina, e para inúmeras outras cooperativas no Rio Grande do Sul e no Nordeste. Esta é nossa luta: construir a paz no campo. Para o grande proprietário rural, nada melhor do que ter os vizinhos bem assentados, trabalhando, com terra para produzir. Este País tem tanta terra. Por que não ampliar esse direito?

Essa é a linha fundamental do nosso trabalho, Deputado.

A minha Secretaria — eu já disse isso da outra vez — se orgulha de aninhar aqueles que foram excluídos, porque alguém precisa cuidar deles. Só assim nós vamos construir de fato harmonia e solidariedade na nossa sociedade. Não com repressão.

Com relação à questão da polícia, eu já mencionei e repito: eu não quis ofender a polícia, muito menos a seus profissionais. Eu apontei um erro cometido naquele episódio, da mesma forma que temos de condenar o erro cometido pelos soldados que arrastaram aquela senhora. Eles são humanos, eles podem errar, assim como nós, que somos criticados pelos nossos erros. Então, eu não vejo, sinceramente, nenhum fato extraordinário. A polícia continua nos ajudando na frente do Palácio e em qualquer lugar. Não houve nenhuma ruptura nem minha, nem do Governo com a Polícia Militar, muito menos em nossa relação com o Supremo.

Quanto a que funcionários meus estariam coordenando os *black blocs* é uma coisa bastante estranha. Por que funcionários nossos estariam participando de



ações de *black blocs* contra o Governo? É uma contradição, e acho que não preciso explicar aqui a imbecilidade dessa afirmação indevida feita naquela época, afirmação que nós, ao tempo, rejeitamos.

Com relação ao livro do Tuma, eu já disse que lamento que a minha solidariedade a ele, naquele momento, tenha sido respondida por ele com esse tipo de falsas acusações. Lamento profundamente, como ser humano — essa é a única coisa que quero de fato dizer. E ele vai ter que provar isso no devido momento. V.Exa. não tenha disso dúvida nenhuma.

Eu queria convidá-los a rever as revistas daquela época, as mesmas revistas que hoje de alguma forma o endeusam, e constatar o que elas diziam sobre ele e o quanto foi difícil acompanhar aquele momento tentando segurá-lo no Governo, porque, a cada semana, surgia uma nova gravação vazada e um novo problema que iam tornando politicamente insustentável a presença dele no Governo. Nós o defendemos até o último momento, porque eu entendo que assim tem que ser. Até que provem o contrário, as pessoas não podem ser condenadas. E ele não podia ser condenado naquele momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Para a réplica, por 3 minutos improrrogáveis, tem a palavra o Sr. Deputado Nilson Leitão.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Ministro, eu quero aqui fazer duas correções. A primeira é que, na verdade, sua preocupação em democratizar a terra o Governo não põe em prática. E lhe digo isso com toda segurança. O senhor não conseguirá apontar para mim 20 assentamentos neste País que funcionem. E eu gostaria de levá-lo a todos os do Mato Grosso, que não funcionam, aos do Pará, que não funcionam, aos de Rondônia, que não funcionam, aos da Amazônia, que não funcionam; de todo o Norte do País que não funcionam e da maioria do Nordeste que não funcionam. Não funcionam! Os assentamentos não funcionam! Estão abandonados. Eu citei aqui. Não é possível que o Governo não enxergue isso. Estão abandonados, humilhados. Essas pessoas são socorridas por Prefeituras e pela sociedade. Esse é um ponto.

Falar que realmente não precisam de terra, não. Perguntem à Agropecuária Santa Bárbara, de propriedade do Sr. Daniel Dantas, na divisa do Mato Grosso com o Pará, que estão comprando, a cada dia mais, milhares de hectares. Estão



comprando de 2 mil, 3 mil, 4 mil, 50 mil, 100 mil, 200 mil hectares de terra a todo mês. Que ligação é essa? É só discutir essa prioridade que se coloca pelo próprio BNDES, que não consegue atingir o médio empresário para cima. Concentra em meia dúzia todo o dinheiro.

De fato, Ministro, o senhor tem uma capacidade enorme e é por isso que ocupa um cargo estratégico para realmente equilibrar o debate. Parabéns! Às vezes, alguns aqui extrapolam e o senhor tem esse equilíbrio fenomenal para se colocar de forma mais tranquila, mas não existem assentamentos. Não existem. O MST tem uma motivação, sim, dentro do Governo. Isso é inegável. É inegável.

Não é possível não querer conflitos, quando o Governo patrocina um movimento para vir a Brasília, para se concentrar para fazer qualquer tipo de combate. Não é assim que vai resolver. Não é assim que vai democratizar o assunto. Acontece isso com índios também: banca-se a sua vinda, para se concentrarem, para fazerem movimentos. Não. Eles precisam de muito mais do que isso, de muito mais do que isso. Eu convivo, eu sei.

Portanto, posso assegurar que essa sua convocação aqui, feita por esta Comissão, é, na verdade, não apenas para discutir com o Ministro Gilberto Carvalho uma atitude dessas ou outra. Isso acaba sendo um centro de vários debates, de controvérsias, de muita coisa do Governo. O fato é que segmentos e movimentos deste País estão sendo tratados de forma equivocada e, em minha opinião, antidemocrática, em detrimento dos demais setores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Agradeço a V.Exa. Por igual período, tem a palavra para a tréplica o Ministro Gilberto Carvalho, se assim o desejar.

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - Eu só quero agradecer. Já tenho um acerto com o Deputado Caiado para visitarmos algumas áreas. Então, nós vamos organizar isso no momento adequado. Eu te asseguro, Deputado, são muito mais do que vinte, muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Passo a palavra ao último signatário dos requerimentos, Deputado Ronaldo Caiado, por até 10 minutos.

Em seguida, iremos fazer blocos. Nós temos seis Deputados inscritos. Iremos fazer blocos de três. Cada um falará por 5 minutos.



O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, demais colegas, imprensa aqui presente, Exmo. Sr. Ministro Gilberto Carvalho, causa estranheza V.Exa. insistir na tese de que os policiais militares é que foram os responsáveis por provocar aquele clima de enfrentamento. Ora, os policiais militares são preparados. São pessoas qualificadas. Como é que alguém vai provocar ou acender um estopim daqueles, sendo que 30 policiais ficaram gravemente feridos e apenas dois do MST? Quer dizer, então, que eu estaria dizendo que a Polícia Militar é otária; que a Polícia Militar é desqualificada. A Polícia Militar não sabe o que faz? A Polícia é que foi o fator de provocação? Não dá para entender um argumento desses. Isso foge do bom senso. Isso foge da regra. Isso é inverter as provas, completamente. Como é que alguém pode ter provocado, sendo que saiu de lá com 30 na maca, ferido, e o MST com dois?

Então, nós sabemos muito bem que essa tese foi provocada exatamente pelo MST. A maneira como eles chegaram, como trataram os policiais. No momento em que V.Exa. respalda isso, o que transmite para o Brasil? V.Exa. é o Ministro de Estado da Secretaria-Geral.

Mas eu quero dizer a V.Exa., Sr. Ministro, que o que passa para a população brasileira o desrespeito à ordem, às regras. O Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal são instituições do poder e, como tal, são invioláveis. Tem que se ter a liturgia. É inadmissível que uma pessoa se ache no direito de amanhã quebrar as grades, invadir e dizer que queria fazer isso porque é do MST, e, então, pode tudo. Lógico que não pode. Os policiais estavam ali exatamente para conter a baderna. Essa é a realidade. Então, não vamos desvirtuar os fatos.

Já pedi ao Sr. Presidente para que esta Comissão possa trazer os 30 policiais militares aqui para condecorá-los. Tem uma solicitação minha votada aqui nesta Comissão para fazer isso, para resgatar o desgaste que esses policiais sofreram, do ponto de vista até de seus currículos, porque, do contrário, eles são desqualificados. E não, eles foram pessoas corajosas que se expuseram para defender a instituição Palácio do Planalto. Então, temos que aplaudi-los em primeiro lugar.

Em segundo lugar, Sr. Ministro, em relação a um ponto de debate entre V.Exa. e o ex-Secretário Nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior. O Deputado Nilson Leitão levantou a tese de que, como V.Exa. é funcionário público, há a



necessidade de poder aclarar os fatos e não deixar para depois. Mas logicamente V.Exa., antes de ser funcionário público, é um cidadão e, como tal, todos nós temos os parâmetros que nos norteiam.

Independentemente de quem seja e em que momento o cidadão se referiu a mim de uma maneira a sacar contra a minha honra e a minha dignidade, eu recorro à Justiça na mesma hora. Na mesma hora! Eu nunca capitulei isso, eu nunca adiei isso. É o tempo de o advogado poder elaborar, e eu poder entrar com uma ação contra esse cidadão.

Essa questão da honra para mim está acima de cargo político; a honra para mim está acima de calendário eleitoral, a honra para mim está acima do meu mandato. Então, são os meus parâmetros. A tese que V.Exa. coloca de que vai definir o momento adequado sem dúvida nenhuma cria, no imaginário popular, que V.Exa. amarelou diante da provocação do Romeu Tuma Júnior.

Sr. Ministro, V.Exa. reproduziu hoje exatamente uma colocação que fez na vez passada. E eu tomei a liberdade de trazer, então, para entregar em mãos, um ofício que, diante da vinda de V.Exa. no dia 26 de março, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, pede para que pudéssemos fazer visitas a essas cooperativas e a esses assentamentos. São as regiões de conflito hoje no Brasil ou senão nas regiões que V.Exa. identifica como sendo imagens bem-sucedidas, certo?

Então, está aqui, Sr. Presidente. Cumprindo o compromisso que assumi com V.Exa., coloco aqui: Município de São João do Caru, Awá-Guajá, no Estado do Maranhão; Município de Alto Boa Vista, Suiá Missu, no Estado do Mato Grosso; Município de Getúlio Vargas, Mato Preto, no Estado do Rio Grande do Sul; Município de Japorã, Ivy Katu, no Estado do Mato Grosso do Sul; Municípios de Buerarema, Ilhéus, Una, Tupinambá de Olivença, no Estado da Bahia.

Então, são esses os que eu encaminho a V.Exa. e aguardo o mais rápido possível, já que a partir de junho nós vamos entrar num processo de campanha eleitoral, e, lógico, eu gostaria que nós acertássemos a agenda com a maior rapidez. E quero dizer a V.Exa. que seria importante trazer para a Comissão quantos assentamentos o Governo tem neste momento, há quantos anos estão assentados e quais são os assentamentos emancipados, ou seja, aqueles em que os cidadãos



que lá estão são autossuficientes para poderem ali produzir, manter a família e viver com dignidade.

Então, eu gostaria de um parâmetro do Governo, porque nós já fizemos o levantamento, e o Governo o desqualifica. Então, gostaria que o Governo desse quais são os parâmetros que ele tem como emancipação. O que eu tenho visto é que a tese é de que o Governo daria condições para que o cidadão se emancipasse no final de 6, no máximo em 10 anos. Nós temos aí assentamentos de 30 anos. Então, é importante que o Governo diga à sociedade que soube vestir, soube dar assistência técnica e essas pessoas estão emancipadas. É disso que nós precisamos.

A última pergunta que eu formulo a V.Exa., Sr. Presidente, é a seguinte: o Deputado Efraim Filho fez uma pergunta bem direta, interrompeu a argumentação dele para que V.Exa. o respondesse. Solicitou a V.Exa. dizendo: *“Sr. Ministro, V.Exa. fez qualquer gestão no sentido de fazer com que o BNDES e a Caixa Econômica Federal fizessem repasse a uma ONG do MST?”* V.Exa. respondeu: *“Sim.”*

E V.Exa. é o Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República e, como tal, é funcionário público. Sr. Ministro, isso não enquadra V.Exa. em crime de tráfico de influência? V.Exa. ter, por ofício ou, pegar o telefone, ligar para o Presidente da Caixa Econômica Federal ou ligar para o Banco do Brasil e dizer a ele... Nessa hora V.Exa. não está solicitando, porque um homem do prestígio de V.Exa, com o cargo que ocupa no Governo, isso aí não é um pedido de uma pessoa comum. Isso é uma ordem. Isso é tráfico de influência. Isso é crime para o funcionário público. Ele não pode identificar as prioridades que ele quer e determinar que as pessoas assim cumpram o apoio, o repasse da verba para A ou B.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Deputado Ronaldo Caiado, V.Exa. tem 1 minuto para concluir, porque já estourou o seu tempo.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Muito obrigado.

Para concluir, Sr. Presidente: quando V.Exa. traz para as reflexões, tentando um pouco desviar da pergunta feita pelo Deputado Nilson Leitão, V.Exa. disse que é contra o cidadão invadir a propriedade produtiva. Quando temos um *status* de Ministro de Estado, temos que ser a favor da lei, e a lei não autoriza ninguém a se



autodeclarar no direito de invadir o que quer que seja. Ninguém tem o direito de dizer o que é ou não produtivo. É o Estado, é o processo democrático, é a lei que decide quem é produtivo ou não. Nós não podemos deixar a critério de quem quer que seja. *“Olha, então, o cidadão daquela propriedade não é produtivo.”* Por quê? Qual o parâmetro? É a tese do achismo, é porque ele acha. Se nós não temos lei, nós temos, então, um processo de desobediência civil; cada um invade o que quiser. Se não tem terra, tem “sem-banco”, tem “sem-montadora”, tem também “sem-BNDES”. Tem muita gente que está sem hoje.

Para concluir, os pontos mais graves foram dois: a reflexão sobre o direito de propriedade — porque V.Exa. só condena quando a terra é produtiva; o resto pode-se invadir — e o segundo ponto, que é exatamente em relação ao tráfico de influência, que V.Exa. confessou aqui, de público, que praticou no exercício da função.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Agradeço a V.Exa.

Por igual período, o Ministro Gilberto Carvalho tem a palavra.

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - Obrigado, Deputado Ronaldo Caiado.

Primeiro, em relação ao convite para fazermos a viagem, eu já o aceitei da outra vez. Agradeço o ofício; vamos pautá-lo. Estou com uma agenda complicada nesses dias, porque estou percorrendo as 12 sedes da Copa, para justamente tentar buscar, na linha da conciliação, uma conversa com os movimentos, sobretudo divulgando a verdade sobre a Copa, para que, de fato, as pessoas não protestem sobre um fato que elas nem conhecem no conjunto da sua informação, mostrando que a Copa é uma oportunidade. Então, eu tenho uma restrição de agenda.

Eu queria lembrar que esses lugares que o senhor propõe — eu entendo a sua razão — são todos lugares onde nós fizemos um processo de desintrusão de áreas indígenas. Nós vamos, sim, a esses lugares, até porque nós — e o senhor, como Deputado, deve ser, também como eu, uma pessoa que observa as leis —, pela terceira vez, tivemos que tirar os invasores de Marãiwatsédé.

Essa área, o senhor sabe, é uma área dos xavantes, roubada dos xavantes pela ditadura militar. Eles foram tirados de lá por um avião; morreram quase todos



na Aldeia São Marcos depois. O Supremo Tribunal Federal determinou a desintrusão. Nós a realizamos, como estamos acabando de realizar agora em Awá-Guajá, que era uma vergonha para o Brasil, porque a madeira estava sendo roubada e havia muita grilagem em uma terra de índios que mal tinham contato com o nosso padrão de civilização.

Eu estranho muito que, inclusive, tenha havido apoio para que eles voltassem àquelas áreas. Não são áreas reservadas para a produção; são áreas indígenas. Há uma lei no Brasil que o senhor e eu devemos observar, mas vou, com muito prazer, visitar, até porque tenho interesse em saber se, de fato, essas áreas estão de posse dos indígenas como devem estar.

Quanto a Mato Preto, estamos fazendo um grande esforço para rever, inclusive, um laudo e tentar fazer uma conciliação. Espero que o senhor nos ajude na ida até lá, para estabelecer a paz naquela região e, assim, nos outros locais. Eu sei que o senhor é uma pessoa séria, e eu aceito isso. Não tem nenhum problema.

Eu não vou me estender muito, Deputado, com relação ao episódio do Planalto, porque já disse: a minha fala foi uma fala em defesa de pessoas que são criminalizadas. Eu quero insistir com o senhor: eu respeito a polícia, eu dependo do papel da polícia muitas vezes, nós dependemos.

Nós nunca permitimos que o Palácio fosse ocupado, invadido, porque, de fato, tem que haver uma liturgia. Nunca ninguém conseguiu entrar, na marra, naquele Palácio — nós sabemos disso —, e a polícia sempre nos ajudou.

Ocorre que nesse dia, precisamente, infelizmente, por um erro não dos soldados que foram lá, mas por um erro da informação — eu lamento, mas eu estava lá —, eu desci para receber um manifesto deles. Estava tudo em paz. Voltei para a minha sala quando eles se preparavam para sair. Eles tinham passado uma semana sem um risco em uma parede em Brasília, sem causar um único dano, porque eles são disciplinados. Eu vi, da minha sala, o que aconteceu. Uma coluna avança em direção ao ônibus, no meio da massa, e, se não fosse a direção do movimento, tinha sido pior.

Não é verdade que foram 30 gravemente feridos. Houve dois que ficaram, de fato, feridos mais gravemente, e foi um número enorme de gente do movimento que eu vi com hematomas depois. Registraram-se dois apenas.



Mas para mim o importante é o seguinte: é reiterar o meu respeito à polícia e reiterar a condenação de toda forma de criminalização dos movimentos sociais, porque não é possível que o fato de você reivindicar o leve a ser criminalizado. Essa é a filosofia da minha posição.

À questão do comitê e do patrocínio, eu respondo ao senhor com muita serenidade. Existe, na Presidência, no Governo, um comitê de patrocínios. O Governo recebe um número grande de pedidos de patrocínio, seja do agronegócio, seja da pequena agricultura, seja de um monte de entidades. É formado um comitê de patrocínios, do qual a Secretaria-Geral faz parte, para sugerir apoio, ou não, a esses patrocínios.

É desse comitê que nós participamos e é através desse comitê, não por ligação pessoal minha para uma estatal, que ela, dentro desse comitê, observa se, dentro das regras dela no sentido de divulgação da sua marca, no sentido de favorecimento da sua imagem, vale a pena ou não fazer aquilo.

Portanto, é uma resolução coletiva dentro de um comitê. O que eu faço, através da Secretaria-Geral — e nem sou eu pessoalmente, mas um funcionário meu —, é dar uma opinião sobre a adequação daquele apoio. Agora, eu não fujo da minha responsabilidade. Por isso é que eu respondi ao Deputado que eu dei, sim, esse parecer. Agora, dei dentro desse comitê. Portanto, eu não cometi nenhum tráfico de influência, nenhum crime de responsabilidade, senão segui uma norma usual, estabelecida, dentro do Governo.

Então, é isso o que tenho para responder ao senhor. E, com relação à honra, Deputado, agradeço muito o empenho dos senhores em defender a minha honra, que eu me apreço, mas eu já disse: o que eu tinha que defender do ponto de vista público eu o fiz no mesmo dia em que fui consultado pela imprensa, em que iria sair uma matéria da *Veja*.

Em segundo lugar, Deputado: estou fazendo isso aqui publicamente. Agora, eu tenho um advogado que me recomenda uma tática, e eu vou seguir a tática sugerida por esse advogado. Peço permissão aos senhores que respeitem, pelo menos, o meu direito de ver o momento em que vou, passada essa espuma toda em torno do livro, defrontar-me com esse senhor num tribunal. E, aí sim, as coisas



ficarão bastante mais evidentes para que ele forneça provas materiais daquilo de que ele me acusa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Para a réplica, 3 minutos ao Deputado Caiado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Obrigado.

Sr. Ministro, de maneira alguma nós estamos aqui... Estou apresentando também uma sugestão de cinco localizações. Realmente, não é no espírito de que é para se resgatar algo — alguns “antropólogos” entre aspas, ou algumas posições ideológicas se acham donos da verdade — que se tem, ao mesmo tempo, pessoas que estão ali por várias gerações, Sr. Ministro, sendo jogadas de qualquer maneira, também como se não fossem brasileiros.

Quer dizer: não se pode querer fazer justiça praticando injustiça até com um número maior de pessoas, que também não têm para onde ir, que foram jogadas ao léu, que não têm a quem recorrer. Essa é uma realidade.

Então, se o Governo não tivesse uma tendência ideológica, ele, sem dúvida nenhuma, diria: *“Como se faz? Nós vamos desapropriar para fazer uma rodovia aqui, fazer uma avenida aqui”*. Aí a Prefeitura iria lá, construiria um prédio, levaria as pessoas dali e as instalaria naquele prédio e faria uma rodovia ali.

Tudo bem. O Governo quer recompor essa área? Indenize as pessoas. São três, quatro gerações de pessoas que estão ali trabalhando. Se bem que estão jogados agora, não tem a quem recorrer. Vão pedir a quem? Ao bispo? Não têm mais, eles não têm a quem recorrer.

Então, acho que não é um gesto, não é uma estrutura de Estado. Eu acho que é uma ação muito mais de apenar as pessoas que lá estavam, uma ação agressiva, do que realmente de recompor a história. Pode-se recompor sem produzir tantos traumas e tantas sequelas como nós estamos fazendo.

Em relação, Sr. Ministro, ao fato específico, eu gostaria de saber de V.Exa. — pode ser até uma falha minha —, gostaria de saber da assessoria de V.Exa., se a verba desse comitê específico para poder financiar ou patrocinar esses movimentos também está no SIAFI, se nós podemos ter acesso a essa verba, para saber de que maneira ela é aplicada e saber quais são os parâmetros que definem a aplicação e a definição dos membros que compõem esse comitê.



Ao mesmo tempo, deixo claro que formulei a pergunta embasado, ou seja, na esteira do que o Deputado Efraim perguntou a V.Exa. Ele foi direto. Ele foi na pessoa física: “*Sr. Ministro, o senhor fez, realmente, alguma gestão no sentido de liberar?*”. V.Exa. respondeu: “*Sim*”. Então, V.Exa. respondeu como uma pessoa a qual assumiu o repasse daquela verba ao MST. Se V.Exa. tivesse colocado que era um comitê, eu teria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Peço a V.Exa. que conclua, pelo fato de os 3 minutos estarem no final.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Pois não.

Eu teria pedido à minha assessoria para levantar os dados do comitê.

Mas, então, é essa a minha afirmação. Realmente, sendo uma decisão de V.Exa., sem dúvida nenhuma caracterizaria um tráfico de influência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Para a tréplica, concedo a palavra ao Ministro Gilberto Carvalho, por 3 minutos.

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - Deputado, eu farei chegar à sua mesa a descrição da função desse comitê. Eu não tenho aqui os dados todos de quem o compõe, mas isso eu faço chegar aqui ao nosso Presidente imediatamente, amanhã no máximo, para que o senhor tenha toda a informação. Não há nenhum problema; isso é absolutamente transparente.

Com relação à desintrusão, Deputado, o senhor sabe que cumprir a lei é um dever nosso. Nenhuma pessoa, nem em Marãiwatsédé nem em Awá-Guajá, deixou de ter a oportunidade de se inscrever para ser reassentada. O que houve, infelizmente, foi uma dura campanha dos interessados em que não houvesse aquela ocorrência para as pessoas não se inscreverem. E agora elas vêm recorrer, mas não podemos fazer mais nada, porque quem prova que elas estavam lá?

Na época, Deputado, eu acompanhei de perto. Tem um funcionário aqui presente que esteve lá acompanhando. O INCRA abriu um escritório, de modo que todos aqueles que coubessem nos critérios da reforma agrária seriam reassentados. Foi oferecida terra para essas pessoas, como está sendo agora em Awá-Guajá. Quem quis ser reassentado foi reassentado.



O problema, Deputado, é que nós temos gravações dos grandes fazendeiros, à época da ocupação — gravações que estão com a polícia —, que convidavam os pequenos para entrar lá, para legitimar a ocupação que eles faziam de uma terra que não era deles, que a AGIP italiana tinha devolvido ao Governo brasileiro depois da Eco-92, para que fosse devolvida aos indígenas.

Agora, eu concordo com o senhor. Eu não acho que é adequado uma família que está há 70, 80, 100 anos num local ser removida simplesmente. É por isso que nós estamos tendo enorme dificuldade e sofrendo uma pressão também indígena muito grande, porque estamos demorando nesse processo, porque não queremos fazer isso.

Nessas regiões do Sul, sobretudo, e do Mato Grosso do Sul, estamos fazendo um processo de buscar terras para dar o adequado reassentamento para essas famílias. Elas não têm culpa; elas têm títulos concedidos pelo Governo Federal ou pelo Governo estadual. Nós jamais poderemos tirar essas pessoas, legitimamente proprietárias, que cultivam aquela terra, tendo em sua cultura também os seus cemitérios, e simplesmente removê-las.

Nós batalhamos por isso dentro do Governo, assim como batalhamos para que, quando se fizer uma hidroelétrica, as pessoas que sejam atingidas também tenham reconstituído o seu direito e a sua propriedade num outro local, o que é uma batalha também difícil.

Portanto, eu estou de acordo com o senhor nesse aspecto de que não se podem violar direitos reais das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Agradeço a V.Exa.

Há um requerimento aqui indicando o Sr. Deputado Edson Santos para a Liderança do Partido dos Trabalhadores nesta Comissão. Portanto, quer fazer uso da palavra o Deputado Edson Santos.

Antes de chamar os Srs. Deputados que estão na lista aqui, passarei, portanto, a palavra, como Líder, ao Deputado Edson Santos, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Sr. Presidente, em primeiro lugar quero cumprimentar o Sr. Gilberto Carvalho, Secretário-Geral da Presidência da



República, que vem aqui para trazer esclarecimentos e responder às acusações que a Oposição... *(Pausa.)*

Então, Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Gilberto Carvalho, que mais uma vez vem tratar da questão dos movimentos sociais e sua relação com o nosso Governo, com o Governo da Presidenta Dilma, assim como foi inaugurado pelo Presidente Lula, quando, ao chegar à Presidência da República, trouxe luz e espaço àqueles que, historicamente, não tinham voz na República. Falo aqui dos movimentos dos trabalhadores sem terra, dos movimentos de catadores de lixo, dos movimentos negros, enfim, dos movimentos que representam segmentos historicamente excluídos de oportunidades neste País.

Então, Sr. Gilberto Carvalho, era de se esperar a reação de alguns setores desta Casa, que expressam uma visão conservadora de sociedade, de uma República excludente, que vigia em nosso País até a chegada de Lula, do PT e de seus aliados ao Governo, abrindo as portas da República a esses segmentos, que, ao contrário do que o Líder da Minoria aqui coloca, não existem apenas para trabalhar a terra. Esse era o discurso feito no período em que os generais dominavam este País, onde aos trabalhadores era recomendado trabalhar, aos estudantes, estudar e, quanto à política, era para deixar com eles.

Na verdade, o que ocorre hoje é que esses segmentos vêm aqui para defender legitimamente seus interesses e suas necessidades, assim como empresários, industriais, enfim, banqueiros, vêm a esta Casa para defender seus interesses, e ninguém reclama. Ninguém reclama que eles entrem até no plenário para advogar junto aos Deputados as suas necessidades. Agora, quando são os trabalhadores, representantes dos oprimidos, há essa reação.

O Brasil precisa se acostumar com isso. Os trabalhadores, o povo quer ser ouvido, não só no período de eleição, mas principalmente durante o período da gestão daqueles que eles escolheram como governantes e seus representantes.

Por isso, eu saúdo aqui o Secretário-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, que tem, não só por ofício, ouviu, Nilson, mas por concepção de vida, essa relação com os segmentos do povo brasileiro que precisam ter espaço para a sua devida realização na sociedade brasileira.



E, quando de sua vinda à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, pareceu-me que os assuntos estavam esgotados. E estavam, até porque assisto aqui a uma repetição de mantras da Oposição criticando a relação do Governo com os movimentos sociais.

Este Governo tem na sua gênese a relação com os movimentos sociais, e seria a sua negação abrir mão disso. Então, os Deputados do PSDB, do DEM, têm que se acostumar com essa realidade durante muito tempo. Eu diria que, durante décadas, terão que conviver com essa realidade.

E quero dizer mais. Eu acho que a política no Brasil tem que subir o nível. Eu vejo aqui um Deputado como o Nilson Leitão repercutindo questões tão pequenas, tão mesquinhas, de pessoas que se veem insatisfeitas ou até mesmo pressionadas por erros cometidos em sua função e que querem lançar nódoa sobre a vida das pessoas. Estou falando aqui do Sr. Romeu Tuma. É um questionamento que faço e não peço a resposta. Ao acusador cabe o ônus da prova. Eu não sei por que o Sr. Gilberto Carvalho veio à frente do Sr. Romeu Tuma nesta reunião, nesta Comissão.

Aqueles que entendem um pouco de Direito... Eu acho que as pessoas que entendem aqui muito de Direito sabem que isso, do ponto de vista do Direito romano, não é o correto. O correto, Sr. Presidente Nilson Leitão, é termos agendada a vinda do Sr. Romeu Tuma até aqui, e, após sua vinda, trazendo as provas consistentes daquilo que ele afirma, aí, sim, ter uma oitiva com o Sr. Gilberto Carvalho. No entanto, aqui houve uma inversão. O ônus da prova cabe a quem está sofrendo esse tipo de acusação vil.

Quero colocar que nós, do PT, temos plena confiança no nosso Governo, plena confiança em Gilberto Carvalho, que, ao longo de sua vida, já teve desempenhadas várias funções de liderança do PT e, hoje, está à frente do Governo Dilma com essa responsabilidade.

Nós não fugimos à responsabilidade de dar resposta à sociedade sobre seus questionamentos, ao contrário da Oposição. Estamos a aguardar um posicionamento da Oposição sobre os crimes cometidos em São Paulo da Alstom e da Siemens, crimes que têm conta registrada na Suíça de pessoas ligadas ao PSDB e ao DEM. Recentemente, os Parlamentares do DEM...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Ele pode fugir, né?



O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Eu só estou falando em nome da Liderança do Governo. Estou falando em nome da Liderança do Governo.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Quem reclama antes depõe depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Eu garanto a palavra ao Deputado Edson Santos.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Estou dando resposta às acusações que V.Exa. fez indevidamente ao Sr. Gilberto Carvalho. Estou falando na condição de Liderança do Partido dos Trabalhadores e, por isso, posso aqui colocar essas questões.

No Governo malfadado do DEM aqui em Brasília, vocês estão condenados a devolver dinheiro. Ora, isso é ou não uma confissão de culpa? Eu queria que a mídia não tivesse um tratamento menor, mas igual aos escândalos que V.Exas. têm patrocinado ao longo de seus governos no Brasil. O tempo em que V.Exas. estiveram, e estão, no Governo de São Paulo é o tempo da ladroagem dos cofres públicos de São Paulo. Eu não estou fazendo aqui acusação vã, estou fazendo aqui acusação com prova consistente.

Então, eu quero finalizar, Sr. Presidente, dizendo que era dispensável fazer esse tipo de colocação nesta Comissão. Mas, na medida em que o PT vem sendo constantemente... Até porque a única arma da Oposição, o único...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - V.Exa. tem 1 minuto para concluir.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - ...discurso da Oposição tem sido a questão ética — é a única coisa —, porque, no que se refere à economia, V.Exas. não têm o que falar. Até porque o nível de satisfação da população brasileira, que deve ser medido, deve ser medido o que era em 2001 e o que é em 2002, hoje, com o Brasil hoje caminhando até para o pleno emprego... V.Exas. só querem saber quanto o PIB está crescendo. Nós queremos saber como o nosso povo está vivendo.

Por isso, eu quero dizer que me vejo muito seguro, o PT se vê muito seguro e tranquilo, para enfrentar este debate aqui e para enfrentar os debates que advirão durante a campanha eleitoral de 2014. Nós temos muito a apresentar, mas V.Exas. vão ficar muito a dever naquilo que têm a apresentar à sociedade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Agradeço a V.Exa.

Há dois Líderes inscritos para falar pela Liderança.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu ia até pedir uma questão de ordem, com base no art. 74, que me dá o direito a responder, porque ele passou dos limites nas acusações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Questão de ordem a V.Exa.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Nem eu como Oposição, Ministro Gilberto Carvalho... Eu fui extremamente educado e até um pouco cuidadoso em usar as palavras com V.Exa. O Deputado Edson Santos não respeitou isso. Ele usou palavras de baixo calão, acusou a Oposição de corrupta, de ladra, de um monte de coisa. Então, eu acho que tenho aqui, diante do Regimento, o direito de resposta, e, além do direito de resposta, eu quero os meus 10 minutos de Líder.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Deputado Edson "Fujão"... Poderia chamá-lo de volta, né? Alguém pode chamá-lo? Alguém do PT chame o Deputado Edson de volta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - V.Exa. tem 6 minutos pela Liderança do PSDB.

(Não identificado) - Presidente, vamos manter o nível aqui, por favor.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu quero...

(Não identificado) - No microfone, não, Deputado. Por favor, vamos manter o nível.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Peça para ele manter o nível. Peça para ele manter o nível.

(Não identificado) - V.Exa. extrapolou...

(O microfone é desligado.)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Eu peço a V.Exas. que se contenham, porque está garantida a palavra ao Deputado Nilson Leitão, pela Liderança do PSDB, por 6 minutos.



O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero aqui fazer uma análise rápida dessa defesa do PT e até da fala do Ministro em relação às questões sociais.

Se há movimento ainda em Brasília, se os movimentos insistem em vir... O PT está há 12 anos no poder. Doze anos. Chegou ao poder dizendo que defendia as minorias. Essas minorias, conforme carta escrita à Presidente Dilma, estão descontentes, porque estão jogadas ao léu. Esse é o primeiro fato.

O Governo tem que assumir que não teve a competência de resolver o problema das minorias. Não adianta ficar com discurso fácil e bonito e dizer que eles vão bem. Vão lá e visitem o lugar que eu conheço. Quem mora no Rio de Janeiro ou em São Paulo? Quem não sai daqui e vai conhecer a realidade lá é fácil fazer discurso. Dizer que defende minorias? Quais minorias ele defende? De que minoria está se falando aqui? *“Ah, mas nós estamos aumentando o Bolsa Família.”* Se aumenta o Bolsa Família é porque aumentou a pobreza, porque, senão, estava diminuindo o Bolsa Família! O Bolsa Família é para quem precisa comer, porque está lá embaixo na miséria. Se aumentou o Bolsa Família, não é porque melhorou a qualidade deste Brasil, não.

Por último — eu nem vou aqui me estender nisso —, vir aqui falar em corrupção e ética...? Com que moral vem falar em corrupção e ética? Quer que eu comece a fazer uma lista aqui? Quer que eu comece a lembrar tudo? De seis Ministros que caíram, todos por escândalo de corrupção! Falou em limpeza. Que limpeza foi feita? Não mudou o *modus operandi*, continua criando cargo para resolver problema de partidos! Continua o troca-troca! Continua o mensalão velado! Continua fazendo favor para ganhar voto aqui dentro e, mesmo assim, não está ganhando, porque o Brasil não vai bem! Não sou eu que estou falando que o Brasil não vai bem. Quem está falando é a economia brasileira, é a inflação, que chegou na cozinha do brasileiro. Os grandes Estados do Norte e do Centro-Oeste são grandes produtores, Sr. Ministro, e também são os piores em produção e do que se alimentam. Os alimentos vêm de fora! Não há incentivo nenhum para o pequeno, mas há para o agronegócio, sim!

O Governo está reclamando. Ele faz, sim, para as minorias, para os banqueiros. Vejam se os banqueiros reclamam. É o melhor momento da história!



Vem falar que defende minoria? Essa conversa já foi. Aquela elite que vocês acusavam lá atrás agora são vocês, a elite! São vocês que andam de jatinho! Não vão mais apenas para Cuba, estão indo para as ilhas gregas, para a Europa, para os Estados Unidos! Este Brasil que vocês acusaram lá atrás era balela, é o Brasil que vivem hoje!

Não é esse o debate que precisa ser feito, mas o debate do pior momento da corrupção que nós estamos vivendo no Brasil. É o pior momento! É o pior! Não é porque está se investigando mais, não! É porque, de fato, estão acontecendo mais mazelas do que no passado.

Se o PSDB tiver problema, tem que acusar, tem que sentenciar, tem que tirar do jogo. A mesma coisa para o PT. Só que o Governo não admite, não admite até hoje! Levanta o braço dizendo que o mensaleiro não deve, transitado em julgado! Tem gente que nem passou por julgamento e já o estão acusando. Esse é o fato. O debate que se faz aqui hoje é essa relação que se tem.

Ministro, eu posso assegurar a V.Exa.: eu não sou produtor, eu não planto nem alface. Eu defendo o setor do meu Estado, Mato Grosso, o pequeno, o médio e o grande, e defendo o indígena e o não indígena. Mas o Governo está criando um conflito desnecessário entre esses dois. São duas vítimas do processo de um Governo, e pode ser que lá, no seu gabinete, o senhor pode poeticamente querer o melhor, mas, na prática, a FUNAI e o Ministério da Justiça não cumprem com o seu papel. Na prática, não existem regras claras. Na prática, está todo mundo assombrado com esses conflitos lá no campo!

Eu fui lá em Getúlio Vargas — eu sou de Mato Grosso —, fui lá e vi 600 colonos pobres chorando, deprimidos, alguns já tinham cometido suicídio. A quantidade de morte por suicídio ali em Alto Boa Vista é enorme! Vocês têm que ir lá conhecer!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Peço a V.Exa. que conclua, Deputado Nilson Leitão.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Vocês têm que ir lá conhecer, para ver a realidade dessas desintrações, onde o dia após, o *day after*, não é feito pelo Governo. Ninguém que vive de uma vaquinha de leite, ninguém que vive da dignidade do seu suor quer, no outro dia cedo, ver a sua casa desmanchada por



uma patrol, uma carregadeira, com o Exército e a Polícia Federal lá. Deem o Bolsa Família para ele. Ele quer dignidade, ele quer trabalhar! Ele, não. Ele virou mendigo do Bolsa Família. Não se inscreveram.

E onde vocês assentaram, Ministro, que são poucos... Eu vou dar um exemplo do seu Zé Barbudo, um homem de 80 anos com uma barba de Papai Noel. Ele e a esposa dele tinham lá a fazendinha deles, só os dois, pobres, uma pequena propriedade, e estão debaixo de barraco de lona. Um outro caso — o último de que vou falar, e encerro —, o caso de um pequeno sitiante que vendeu tudo no Paraná e comprou uma propriedade naquela região. Comprou, pagou, tem matrícula, pagou ITBI, pagou todos os impostos. A casa da nora dele foi derrubada com uma pá carregadeira, não deixaram tirar nem a calcinha do guarda-roupa. Hoje ele é um devedor do banco, porque tinha um trator financiado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Peço que V.Exa. conclua, Deputado Nilson.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Ele é devedor da terra. Ele virou um criminoso! E hoje vive debaixo de barraco de lona. Foi assim que vocês deixaram os pequenos produtores. Não são grandes, não. Se tiver grande, é um ou dois. E esses aí, punam como quiserem. Mas são os pequenos que viraram miseráveis, viraram miseráveis, não só lá, como estão virando em todos os lugares onde vocês estão fazendo uma desintrusão, uma expropriação, uma expulsão, onde eles viviam bem com os índios, viviam muito bem com os índios, e hoje têm dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio, pela Liderança da Minoria, por até 6 minutos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Sr. Ministro Gilberto Carvalho, a origem deste debate dá conta de uma série de acusações que foram publicamente colocadas pelo Sr. Romeu Tuma Júnior, que foi homem de confiança do Governo, que exerceu, portanto, missão próxima de V.Exa. e do próprio Presidente Lula e que, portanto, obviamente traz informações que precisam ser consideradas e apuradas.

Eu não vou ficar aqui me alongando. As coisas mais graves vão desde o início da sua trajetória, lá em Santo André, quando ele coloca, de maneira clara, que



o senhor, inclusive às lágrimas, confessou a ele que arrecadava o dinheiro, que não ia para o Celso Daniel mas que era entregue ao Zé Dirceu. Isso foi dito de forma clara, pela primeira vez dito. Sempre houve boatos sobre isso, que o Celso Daniel teria sido, sim, um assassinato de encomenda, porque ele sabia de todo o processo de arrecadação do PT, e aquilo incomodava Líderes que queriam que ele ficasse calado. E ele, com o propósito de parar com aquilo, foi assassinado. Isso é grave. Já foi dito, e o senhor vai repetir que não é verdade. Eu não vou me alongar.

E os tempos são outros, mas os problemas continuam. O Dr. Tuma dizia que, ali, o Governo, o Ministro da Justiça e o Planalto calavam a Polícia Federal. Não faz muitos meses, agora, recentemente, nós vimos faixas nas ruas de Brasília e Policiais Federais aqui denunciando que o Planalto continua calando a Polícia Federal, impedindo a Polícia Federal de fazer de forma plena o seu trabalho, e fazendo as suas legítimas reivindicações também no campo profissional. Mas eu vi essas faixas, elas foram vistas, e essas denúncias vieram novamente, não do Sr. Romeu Tuma Júnior, mas de outras autoridades da Polícia Federal.

Nós estamos vendo aqui na Casa o Partido dos Trabalhadores e o Planalto — V.Exa. representa muito bem o Planalto — se empenharem com unhas e dentes em que nós não podemos constituir uma CPMI, que não podemos constituir uma CPI e investigar a situação de calamidade em que a PETROBRAS vem sendo colocada pelo Governo do PT com bilhões de prejuízos, não apenas com denúncias de gestão temerária, mas com denúncias de corrupção, com um ex-Diretor preso, agora com um doleiro envolvido diretamente com o Vice-Presidente desta Casa, o Sr. Andre Vargas, com todo indicativo, denúncia e comprovação em gravações de que bilhões de dólares foram lavados e destinados a figuras do Governo para exercer o tráfico de influência. E o partido insiste: *“Não tem que fazer investigação, porque a Polícia Federal vai investigar. A Polícia Federal vai investigar.”* Então, são situações que vão desde o passado até situações do presente em que a gente começa a ver essa história de que, no microfone, ou para o público, fala-se uma coisa e, nos bastidores, é outra. A linguagem no microfone é a de que está tudo bem, tudo está sendo investigado, tudo está sendo apurado.

Aliás, o Brasil está uma maravilha, embora as pesquisas indiquem que 70% da população entende que não vai bem e mais de 70% entende que tem corrupção,



sim, na PETROBRAS e que o problema é gravíssimo. *“Não, mas está tudo bem. A Oposição é que está querendo prejudicar a PETROBRAS.”!* Mas existem coisas que estão acontecendo sem resposta, desde situações graves, como a da PETROBRAS, a do lava a jato, “lavoduto” ou “propinoduto”, desse doleiro envolvido com figuras do Governo, até situações que parecem pequenas, mas que nunca ficam explicadas com clareza.

Eu perguntei para o senhor, foi dito e isso foi esclarecido. Eu nunca recebi um esclarecimento absoluto do porquê nós termos figuras, que não têm nada a ver com os movimentos sociais, fazendo vandalismo. Nós temos episódios, desde alguns mais simples, mas que, no mínimo, quase chegam a ser pitorescos, chegam ao nível mesmo de alopados, como aquele episódio do dia do jogo da Copa das Confederações em que, já tendo as redes sociais se manifestado que iriam protestar — portanto, já se sabia que haveria protesto, tanto que foram centenas, milhares de pessoas, para o estádio protestar —, houve uma vaia. Talvez tenha sido a primeira que a Presidente Dilma recebeu de muitas outras que tem recebido. E ali um grupo de pessoas alugou um caminhão de véspera — nem foi um ato espontâneo de quem foi lá protestar —, premeditadamente alugou um caminhão, encheu de pneu velho e tocou fogo. A Polícia do Distrito Federal — por sinal, o Distrito Federal também é governado pelo PT— prendeu algumas pessoas, e, dentre os presos, havia pessoas ligadas ao gabinete de V.Exa., ligadas ao gabinete do Planalto, fazendo tumulto numa manifestação pacífica. E alguns chegam a dizer: *“Mas não tem lógica! Por que alguém vai querer tumultuar uma manifestação pacífica?”*.

Depois nós chegamos, agora, até a morte de um jornalista. Não faço correlação direta, mas, com certeza...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Deputado Domingos Sávio, peço a V.Exa. para concluir.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu caminho para concluir. Eu caminho para concluir. Num País em que existe, sim, essa coisa de que no microfone a gente fala de um jeito e fora dele de outro, é preciso que a gente avalie.

A minha colocação sobre os *black blocs* no Rio, em São Paulo etc. é que, nas manifestações, há vândalos, pessoas contratadas que foram buscadas na periferia, que foram pagas para irem para lá tumultuar, gerando inclusive a morte do jornalista



Santiago — mas não é só esse o caso —, elas têm feito vandalismo nitidamente sem ter nada a ver com a manifestação, são pessoas que vão ali para desacreditar as manifestações.

Eu acabo de participar de um debate com o Deputado Paulo Teixeira, há alguns minutos, em que a gente falava da preocupação com garantir ao povo brasileiro o direito de se manifestar livremente e de separar o joio do trigo. E, para aqueles que querem tumultuar e fazer vandalismo, já há lei para coibir e deve ser usada. Ele disse que o senhor já chamou os representantes das manifestações. Eu não sei que representantes são, porque as manifestações até hoje...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Peço a V.Exa. que conclua.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu estou concluindo.

Os representantes até hoje não existem formalmente, porque as manifestações se organizam em rede social, não tem uma entidade ou um líder específico. Mas não estou dizendo que fui eu. Foi agora, há poucos minutos, está gravado! O Paulo Teixeira me disse — ou disse para o Brasil, porque deve ir ao ar por uma emissora nacional — que o senhor já tomou, inclusive, a providência de chamar, preocupado com a Copa, representantes dos manifestantes para discutir no Palácio. O senhor se reúne com quem vai organizar manifestação de rua antes? O senhor pode nos explicar que pessoas ligadas ao seu gabinete, ou que já tinham trabalhado ou que estavam trabalhando ou que eram amigos de quem foi preso aqui em Brasília, qual a relação direta que tem o gabinete da Presidência da República com os MSTs, que vieram tentar invadir o Supremo Tribunal e fizeram vandalismo?

O senhor disse: *“Não, não houve tentativa.”* Parecia até que o senhor estava lá. As redes de TV mostraram ao vivo o que foi filmado naquele dia. O pessoal que foi patrocinado pela Caixa, pela PETROBRAS, pelo BNDES, pelo Governo, veio a Brasília, parte ficou numa feira, parte foi fazer invasão. E o senhor disse que acha que eles devem continuar sendo patrocinados. E eu não tive explicação nenhuma até hoje de como pessoas ligadas ao gabinete do senhor foram presas fazendo vandalismo num dia em que se inaugurava um estádio em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Obrigado.

V.Exa. quer fazer uso da palavra? (*Pausa.*)



Com a palavra o Ministro Gilberto Carvalho.

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - Deputado Domingos Sávio, esses debates são bons. E o que me impressiona muito é como as informações são deformadas. Primeiro, vamos começar pelo começo da sua fala. Dizer que estamos calando a Polícia Federal... Nós? Nós estamos calando a Polícia Federal quando, na verdade, nós equipamos a Polícia Federal e demos a ela todas as condições? Deputado, de onde vem a denúncia, a acusação da corrupção? Ou é da CGU, que nós criamos, porque nos Governos anteriores não havia...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Veio da imprensa, né?

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - Não, senhor. Não, senhor. A grande maioria vem do trabalho da CGU, independente, do trabalho da Polícia Federal, que nós temos que elogiar e reconhecer — nós temos orgulho da Polícia Federal — e da atuação da Procuradoria-Geral da República, que é independente, sim. Mas nós fomos o primeiro Governo que elegeu, não um engavetador como era no passado, mas, uma figura como Claudio Fonteles e depois os outros que fizeram todo um trabalho independente e toda a denúncia contra o Governo, que é o principal alvo — evidentemente, tem que ser assim — desses órgãos.

Portanto, Deputado, eu não aceito essa acusação. O senhor está confundindo uma campanha salarial em que uma parte da Polícia Federal, que são os agentes — legitimamente ou não, não me cabe julgar —, está falando que a Polícia está acabando e tal. Esse é um problema dos agentes que estão falando isso, mas de maneira... Chame aqui o Superintendente da Polícia Federal, Dr. Leandro Daiello, para dizer se de fato há alguma restrição ao trabalho dele.

É verdade, é verdade, a corrupção aparece mais agora, porque antes era colocada embaixo do tapete. A compra da reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso foi engavetada na Procuradoria-Geral da República! É verdade. Eu quero afirmar isso. Há mais sensação de corrupção, sim, porque hoje ela não fica embaixo do tapete, pois a Polícia Federal tem independência para fazer isso. Eu quero reafirmar com todas as letras, porque eu não vou levar para casa essa acusação.

Com relação à Copa das Confederações, eu vou enviar ao seu gabinete a nota do Secretário de Segurança que desmente uma nota precipitada de um



assessor dele que disse que havia um assessor da Secretaria-Geral entre os manifestantes. Preso, claro que não. Nunca ninguém disse que ele tinha sido preso, mas eles disseram que tinha. Eu vou lhe passar a nota do Dr. Sandro Avelar...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O senhor se lembra que eu havia pedido? O senhor falou que ia passar da outra vez, e eu não recebi até hoje.

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - Então eu queria pedir para a minha Assessoria imediatamente providenciar essa nota do Dr. Sandro Avelar negando isso.

Agora, o que eu preciso dizer a V.Exa. é o seguinte: cabe, sim, ao nosso gabinete, Deputado, a tarefa de dialogar, de evitar o conflito. Eu estou indo agora nas 12 sedes da Copa para fazer o quê? Para chamar esses movimentos e dizer para eles... Porque eu tenho que dizer para eles...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas quem é o movimento?

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - São muitos. Em Manaus, havia 432 pessoas numa sala. São vários movimentos, desde o povo na Internet, essa molecada toda. Eles estão agindo, Deputado, com má informação. Infelizmente, essa imprensa não mostrou o que é a Copa, as oportunidades que ela criou para o Brasil; não mostrou como os estádios foram fiscalizados; não mostrou como nós gastamos 4 bilhões do dinheiro federal, 4 bilhões de empréstimo para a Copa. Foram 74 bilhões para a educação e 92 bilhões para a saúde. Nós precisamos apresentar esses dados e mostrar como a cidade de Manaus vai crescer no turismo, e assim por diante.

Estou fazendo este trabalho por quê? Com isso, sabe o que eu faço? Eu evito que muita gente entre de inocente nessas manifestações. Agora, aqueles que radicalizarem, que estiverem lá com táticas *black blocs* e tal... Esse vai ser um problema de segurança. Nós temos que isolá-los e não permitir que os ingênuos entrem junto. Agora, aqueles que têm posição de quebrar e tal serão punidos na forma da lei. Mas me cabe, como agente público, tentar desmontá-los.

No dia da Copa das Confederações, eu não fui para o estádio, eu fui dialogar com essa rapaziada que estava lá fora, depois do quebra-quebra, no dia do jogo mesmo. Fui à paisana, sem nenhuma segurança, sem ninguém, dialogar com eles.



Eles gritavam para mim: “*Vocês construíram isto aqui, mas, a 200 metros, minha mãe ficou uma semana no HRAN, no hospital, nas macas. Não temos transporte.*”

Você tem que ouvir, Deputado. É da democracia, acabou a ditadura. Nós temos que ouvir quem nos agrada e quem não nos agrada. E nós temos que tentar desmontar esses esquemas que iludem muitos jovens a partir de mentiras, de meias verdades, de desinformação. Esse é o nosso trabalho.

É um trabalho difícil? Claro que é. Ele chega a ser perigoso, porque você pode ser confundido? Claro que sim, mas alguém tem que cumpri-lo — e isso é democracia, Deputado. Nós não vamos renunciar a esse trabalho. Isso não me confunde com os manifestantes radicalizados, de maneira alguma. Eu divirjo profundamente dessa tática. Eu não quero essa tática. Agora, eu preciso evitá-la. Eu preciso tentar isolar ao mínimo aqueles que mantêm essas posições.

Então, essa é a nossa posição. Eu queria que o senhor compreendesse isso e não nos confundisse, porque essa é uma posição absolutamente suicida querer concitar as pessoas contra o Governo. É evidente que a Presidenta Dilma já me teria mandado para casa se eu fizesse isso. Eu não seria louco de fazer uma coisa dessas. Eu faço o contrário, eu faço um trabalho de mediação para evitar o conflito.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Um aparte sobre o tema?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O senhor me permite, Sr. Presidente, apenas uma réplica rapidamente?

Ministro, não subestime a minha inteligência e a do povo brasileiro, que está lhe ouvindo. Eu não disse que, ao infiltrar pessoas que cometem atos de violência dentro das manifestações pacíficas, as pessoas vão para lá para se manifestar contra o Governo; elas infiltram-se para desacreditar o movimento — e não precisa franzir a testa, porque o senhor está entendendo muito bem onde eu quero chegar.

Segundo, quando eu pergunto se o senhor está recebendo os manifestantes ou os possíveis manifestantes da Copa, como o Paulo Teixeira me disse, eu não estou fazendo nenhuma alusão a que o senhor não deve dialogar ou que o Governo não deve dialogar, porque eu não faria nunca uma apologia a uma atitude autocrática de um Governo que se isola. Pelo contrário, a minha formação é democrática, e o diálogo deve ser permanente. A minha pergunta foi objetiva, e a sua resposta não o foi.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Eu agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Já concluo. Eu perguntei: quem? Porque todo Brasil ouviu e sabe que os movimentos e as manifestações públicas que ocorreram pela Internet — e o senhor chegou a usar a expressão “a molecada da Internet”; o senhor a usou, não fui eu — são situações absolutamente ausentes de um líder específico ou de uma instituição ou entidade.

Eu nunca ouvi dizer que a manifestação ocorrida, com mais de 100 mil pessoas, nas ruas do Rio foi liderada pela entidade tal. Houve um movimento, no início, contra a precariedade do transporte coletivo e o aumento de passagem, mas eles próprios diziam: *“Nós não temos chefes e não queremos que este movimento ganhe a característica de um movimento liderado por A ou B”*.

Então, quando o ex-líder do seu partido e o senhor vêm cá confirmar que os está recebendo... Como o senhor é uma autoridade pública, nós temos o direito de saber quem está falando em nome dos movimentos ou das manifestações sociais que ocorreram no passado e de alguma coisa que porventura o senhor tenha conhecimento, porque eu não tenho, de que possa ocorrer na Copa, porque há uma dúvida sobre isso.

Eu quero que tudo transcorra com paz. A manifestação maior que eu quero contra o Governo, e pela qual estou trabalhando, é derrotar este Governo em outubro, porque a maioria do povo brasileiro já não aguenta mais o uso da máquina em benefício de um partido ou de um grupo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Agradeço a V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Agora, eu quero que o senhor explique para gente quem são essas pessoas que o senhor disse que representam os movimentos que estão indo para as ruas.

É só esta a pergunta: quem são as pessoas e qual o nome das entidades que o senhor está recebendo para prevenir ou para evitar as manifestações na Copa do Mundo? É uma pergunta objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio...



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Que o senhor receba quantos o senhor quiser — tanto melhor —, agora diga-nos, diga ao Brasil qual é o nome da pessoa e quais os nomes das instituições, porque senão vira aquela coisa: no microfone é muito bonito; fora do microfone, a conversa é outra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Obrigado a V.Exa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, sobre o tema, se puder só incluir... O porquê de o Governo ter refluído na questão do projeto das massas... O Governo recuou no projeto das massas...

(Não identificado) - Nós temos uma lista de inscritos, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o Ministro Gilberto Carvalho. V.Exa. quer fazer uso da palavra?

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - Eu quero, sim, porque eu quero deixar muito claro ao Deputado Domingos Sávio e a todos os senhores que — evidentemente, Deputado, isso precisa ficar mais claro — essa tática estranha de que nós teríamos infiltrado gente para desacreditar as marchas, com violência... Eu quero dizer para o senhor, definitivamente, que isso não existe, que seria uma loucura total, total; não existe.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Fico feliz, porque não seria a primeira vez na história do Brasil, infelizmente.

(Não identificado) - Presidente, por favor!

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - Segundo, os debates que eu tenho feito da Copa são abertos. O senhor está convidado a participar de qualquer um deles. Começou em Manaus...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - Pois não, nós vamos começar, amanhã, em Belo Horizonte. Vamos percorrer as doze capitais. Vamos enviar para o seu gabinete o calendário e o local de cada um desses eventos.

É evidente que eu chamo os movimentos sociais em geral. Eu não vou nomear esse ou aquele. Eu convido os movimentos sociais em geral para que venham, porque é uma campanha de esclarecimento; é uma campanha preventiva para evitar o aumento da violência que nós vivemos na Copa das Confederações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Obrigado a V.Exa.



Agora, eu passo a palavra aos oradores. Bloco de três: Renato Simões, Mara Gabrilli e Valmir Assunção.

Com a palavra o Deputado Renato Simões, pelo tempo de até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Sr. Presidente, com a mesma tolerância que V.Exa. vem brilhantemente conduzindo os trabalhos aqui...

Eu fui Deputado de Oposição por 12 anos em São Paulo. Na Assembleia de São Paulo não há CPI contra o Governo, não há Secretário de Estado, nem há presença de presidente de empresa ao Parlamento prestando contas. Mas, quando acontecia uma exceção, nós, Deputados da Oposição, chegávamos a essa audiência munidos até o fio dos cabelos de questões, argumentos e provas para emparedar as autoridades que convocamos.

Com todo respeito, esta audiência foi vendida marqueteiramente como parte de uma onda de convocações que a Oposição teria aprovado. Foram dez Ministros na mesma semana, no mesmo dia. É uma indústria de requerimentos, em que os mesmos Deputados entram com quatro, cinco, seis requerimentos em cada Comissão para que autoridades venham à Casa.

Da mesma forma que na Comissão de Constituição e Justiça — pasmem —, os Deputados requerentes e Líderes da Oposição vêm à presença de um Ministro de Estado sem nada, nada além de discursos de Pequeno Expediente, de discursos que poderiam ser dados como lidos, aos quais o Ministro poderia assistir pela *TV Câmara* em sua casa depois de trabalhar.

Nós não temos hoje como justificar para a opinião pública brasileira... Aliás, menos de 20% da imprensa daquela oportunidade voltou hoje, porque o Ministro já respondeu a essas questões há 15 dias; respondeu a essas questões, inclusive as que foram aqui hoje trazidas como se fossem questões de tráfico de influência. S.Exa. distribuiu, na reunião passada da Comissão de Constituição e Justiça, a lista dos projetos — e a passo a V.Exa. como Presidente da nossa Comissão — de patrocínio do agronegócio que foram financiados sob a mesma égide do patrocínio da agricultura familiar.

Em 2013, foram 4 milhões e 225 mil e 100 reais para o agronegócio, e 1 milhão e 315 mil e 530 reais para a agricultura familiar. Mesmo assim, os ruralistas não estão contentes e acusam, por conta de uma amostra que foi evidente — a sua



realização foi justa —, a doação de 300 mil reais do Banco do Brasil. Este é o mesmo valor destinado a outras feiras, para as quais os Deputados ruralistas vão a V.Exa. pedir a liberação do crédito. Isso é tráfico de influência.

Ora, V.Exa. tem uma função neste Governo que é a de mediar os conflitos sociais. V.Exa. é demandado nas duas pontas do conflito: muitas vezes pelo movimento social, mas muitas vezes por entidades empresariais que vão a V.Exa. pedir a abertura de mesas de negociação, para que os conflitos sociais possam ser dirimidos.

Isso nenhum tucano ou Líder do PPS ou do DEM sabe entender, porque no Governo deles a função básica do governo é reprimir o movimento social, e não criar espaços de mediação; espaços de mediação que permitam que os recursos sejam aplicados de forma republicana e transparente. Os dados estão à disposição dos Deputados e dos Líderes dos partidos que estiveram na Comissão de Fiscalização, inclusive o Deputado Caiado.

Nós não podemos ser lenientes na fiscalização do Executivo, mas nós não podemos achar que fiscalizar o Executivo é trazer um Ministro para ouvir os nossos conselhos sobre como ele deve defender a sua honra, apenas mencionando o título de uma matéria de jornal ou um parágrafo de um livro, que eu duvido os Srs. Deputados tenham lido na íntegra.

Pescam uma informação que pode render um requerimento de informações, chamam a imprensa nacional e todos os partidos para virem aqui e produzem esta montanha que pariu um rato, porque o Ministro Gilberto Carvalho não deve nada. Ao não dever nada, ele exerce a sua cidadania plena de se defender aqui de algo que nunca foi provado contra ele, de processos que nunca foram à frente, de processos que nunca redundaram efetivamente nem na sua condenação, muito menos na sua pronúncia perante o Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Um minuto para concluir, Deputado Renato.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Então, Sr. Presidente, parece-me que a Comissão de Segurança Pública é o foro adequado para a fiscalização. Parece-me que é um foro muito adequado para convocar e trazer Ministros. Parece-



me que nós precisamos exercer plenamente as atribuições do nosso Regimento, mas com mais seriedade por parte da Oposição.

Nós estamos aqui há 3 horas, o Ministro parou suas atividades para que nós ouvíssemos as perorações e arengas da Oposição, que não tem nada contra V.Exa., a quem eu presto os meus respeitos, porque V.Exa. é um orgulho do PT na condução dos negócios do Estado brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Eu agradeço V.Exa.

V.Exa. quer usar a palavra, Ministro? (*Pausa.*)

Com a palavra a Deputada Mara Gabrilli, pelo tempo de 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA MARA GABRILLI - Sr. Gilberto Carvalho, há muito tempo eu tenho muitas perguntas para o senhor.

Ano 2000, Santo André. Meu pai, empresário de transporte do ABC, respeitado, 45 anos como empresário de transporte, todo mês era extorquido por uma gangue da Prefeitura, quando o senhor assume a Secretaria de Governo da Prefeitura de Santo André no mandato de Celso Daniel.

Todo mês chegavam Klinger Luiz de Souza, armado; Sérgio Sombra, armado; e mais Ronan Maria Pinto — uma quadrilha — para extorquir empresários mês a mês. Isso se repetia mês a mês.

Eu lembro-me, Sr. Ministro Gilberto Carvalho, da cara do meu pai, chegando em casa, em 2001, e dizendo que o senhor ocuparia esse cargo de Secretário de Governo, com a esperança de que o senhor resolvesse aquela situação. Essa situação foi caminhando, e muito me lembro do dia 14 de janeiro de 2002 — e, além de tudo, eu era vizinha do João Francisco Daniel, irmão do Prefeito Celso Daniel —, quando ele chegou com uma mensagem do Prefeito, cujo pai era muito amigo do meu pai, que dizia assim: *“Puxa, o Prefeito Celso Daniel mandou a mensagem para vocês de que ele vai acabar com essa corrupção, porque foi escalado para fazer o Plano de Governo do Lula. Então, ele quer acabar com tudo isso. Fiquem tranquilos.”*

Isso foi no dia 14 de janeiro de 2002. No dia 18, o Prefeito foi sequestrado; e, no dia 20, apareceu assassinado, torturado e morto.



Eu queria muito entender por que o senhor, em Santo André, sempre foi conhecido como “o homem do carro preto”. Isso eu não falo porque eu li, eu falo porque eu vivi, dentro da minha casa, dentro da minha família. “O homem do carro preto” era a pessoa que realmente pegava essa coleta de recursos, de dinheiro, extorquido de empresários de transporte e do lixo, e a levava para o Capô, como era conhecido o José Dirceu. Isso eu também não li em lugar nenhum; isso eu vivenciei. E é muito incrível ler esse livro do Romeu Tuma — e confesso que eu nem li, ouvi falar —, porque essa afirmação já tinha sido feita na minha casa. O João Francisco chegou lá e falou assim: *“Puxa! O Gilberto Carvalho afirmou que esse dinheiro era levado direto para o José Dirceu.”*

Eu não entendia, na época, por que o senhor faria uma afirmação dessas e se deixaria tão vulnerável assim, mas depois eu fui entender que era uma forma de dizer que o Celso Daniel não levava nenhum desses recursos de forma pessoal, porque era um recurso para campanha. E muito me magoava saber que o Prefeito Celso Daniel sempre acreditou que os fins justificavam os meios e que, se esse dinheiro era para campanha, tudo bem.

Olha, Sr. Ministro, meu pai morreu. Numa das empresas que ele teve que entregar para o PT, ele teve um aneurisma. Isso acabou levando a vida dele, um homem muito sério. E eu fico aqui me perguntado: um partido que sempre se propôs a dar ao público a coisa pública... Eu queria saber do senhor o que é público para o senhor. O que o senhor entende como público? Todo esse recurso que ia para a campanha do PT, que foi extorquido e que tirou saúde de pessoas... Como o senhor enxerga isso, como o senhor consegue hoje ser Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República com esse histórico?

E eu aqui faço um apelo para o senhor. Existe um processo no Supremo Tribunal Federal. Nesse processo, todos os executores do Prefeito Celso Daniel já foram julgados e condenados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Um minuto, Deputada Mara.

A SRA. DEPUTADA MARA GABRILLI - Agora, eu lhe pergunto. Por que o mandante, Sr. Sérgio Sombra, ainda não foi julgado? Eu acho que a população brasileira precisa que esse julgamento aconteça. E eu estou aqui como cidadã. Eu



tenho perguntas para o senhor. Eu quero saber como o senhor se posiciona. Qual é a atribuição desse cargo atual do senhor, com todo esse histórico e essa questão da coisa pública, em que os fins justificam os meios? Eu, como cidadã, lhe pergunto. E acho que Santo André quer saber, acho que o Brasil quer saber. Todos nós sabemos que o Prefeito foi assassinado. E o senhor ocupa um cargo na Presidência da República e não fala disso, não se incomoda com isso? Isso não incomoda o senhor, que presenciou... O senhor era braço direito desse Prefeito.

Então, por favor, eu queria que o senhor me desse um acalento, porque faz muitos anos que eu gostaria mesmo de olhar nos olhos do senhor e fazer essas perguntas. Eu lembro o dia, não vou me esquecer da cara de animação de meu pai, achando que o senhor resolveria a situação, e a resolução da situação foi o assassinato do Prefeito. E isso está impune até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Obrigado a V.Exa.

Com a palavra o Ministro Gilberto Carvalho.

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - Eu vou comentar, naturalmente, exclusivamente agora, as declarações da Deputada Mara Gabrilli.

Deputada, embora não seja o tema explícito desta conversa, eu quero entrar, sim, nessa história e quero dizer para a senhora o seguinte: a senhora sabe muito bem a dor que nós vivemos com a morte do Celso, e eu já explicitarei aqui, na primeira fala minha, que quem conduziu o processo do inquérito foi a Polícia Civil de São Paulo, comandada pelo PSDB.

No começo da investigação, toda carga vinha sobre nós. Nós fomos ao Governador Geraldo Alckmin, junto com o Prefeito João Avamileno, pedir exatamente que a Polícia agisse com a maior objetividade possível, que nós éramos os principais interessados na verdade.

O Presidente Lula, à época, veio a Brasília pedir ao Presidente Fernando Henrique que a Polícia Federal entrasse no caso. Aliás, foi a Polícia Federal quem prendeu os assassinos do Celso, os executores, sei lá. A família do Celso, junto com o Ministério Público de São Paulo, de Santo André, não quis acreditar na conclusão, pediu que fosse feito, pelo mesmo Governo de São Paulo, do PSDB, uma segunda investigação. Ela foi feita, e chegou-se à mesma conclusão.



Portanto, Deputada, eu quero lhe dizer: eu não tenho medo nenhum daquela verdade, porque ela me dói; a morte do Celso me dói. Eu não tenho medo nenhum da verdade. Não é a primeira vez, Deputada, que levantam essa história que o Tuminha, que o Tuma tentou reproduzir no livro dele, não!

Em 2005, Deputada, eu estive aqui na CPI e fui interrogado longamente pelos Senadores, e depois eu tive uma acareação com os dois irmãos do Celso. Eles nunca conseguiram provar nada do que falaram. Nunca! E o Tuma vai ter que tentar provar isso que ele fala no livro dele, que eu teria feito a ele uma confissão impossível, porque eu não fiz isso. Eu não fazia isso. A senhora nunca me viu num carro preto, a senhora nunca presenciou nada. Eu não a conhecia; conheci a sua irmã, Rosângela, que uma vez foi falar com o Prefeito João Avamileno, e nós a atendemos, depois da morte do Celso. A senhora não pode afirmar isso.

O PT foi reeleito em Santo André agora. O que o Supremo Tribunal Federal está decidindo, compete ao Supremo Tribunal Federal, como competia à Polícia Civil de São Paulo fazer o inquérito. Mais do que ninguém, nós sempre tivemos ânsia pela verdade. E a verdade que nós temos até agora é a verdade que a Polícia apresentou. Nós não somos investigadores; nós não somos juízes.

Então, eu quero dizer para a senhora: eu tenho todo interesse em até conversar com a senhora mais longamente. Não tenho nenhum problema. Eu não acompanhei, nunca soube desse processo que se colocava lá em Santo André. Eu era Secretaria de Comunicação, eu era Secretário de Comunicação do Prefeito Celso Daniel; depois fui Secretário de Governo.

Eu nunca, evidentemente, participei de nada disso que a senhora levanta aí, está certo? Tenho a minha consciência muito tranquila e exerço, dentro do Governo, por determinação da Presidenta Dilma, a função de coordenar uma Secretaria-Geral que tem a duríssima tarefa de trabalhar com as minorias e de fazer a mediação dos conflitos.

É isso que eu tenho a declarar à senhora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra...

A SRA. DEPUTADA MARA GABRILLI - Não, ele não respondeu à minha pergunta! São duas coisas. Primeiro, um convite. Já que o senhor quer tanto a



verdade, por que o senhor não me ajuda, lá no STF, a fazer com que o mandante do crime seja julgado?

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - A senhora conhece uma coisa chamada independência de Poderes, Deputada?

A SRA. DEPUTADA MARA GABRILLI - Independência de Poderes? Então, não existe uma sugestão, por exemplo, ao Ministro Relator, se o senhor tem tanta sede da verdade, como eu tenho, por exemplo? Por que não ajuda nesse processo?

Eu perguntei o que é público para o senhor?

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Presidente...

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - Deputada...

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Com licença, questão de ordem. É que, primeiro, não há réplica e tréplica tantas vezes assim. Segundo, o Ministro já respondeu, mesmo com uma deferência à nossa colega. Não era assunto da pauta, mesmo assim, ele o fez. Terceiro, que o Ministro, como uma autoridade...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, é inaceitável cortar a fala de uma colega.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Eu não estou cortando. Pedi pela ordem.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Está contra-argumentando.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Deram-me a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Todos aqui tiveram o direito de responder e perguntar. Ele está aqui convocado pela maioria desta Comissão.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Deram-me a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Srs. Deputados...

Sr. Deputado Renato Simões, estou aqui conduzindo esta sessão da melhor forma possível, da melhor maneira, para que tenhamos uma reunião harmoniosa na medida do possível. Então, não há do que reclamar sobre a condução dos trabalhos. Aqui nós estamos cumprindo exatamente o que diz o Regimento. E eu vou conceder mais 1 minuto para conclusão para a Deputada Mara Gabrielli.

A SRA. DEPUTADA MARA GABRILLI - Eu acho que esse é um assunto que diz respeito ao nosso País; é um assunto que não está esclarecido. O senhor pode ter ficado horas com os irmãos do Prefeito, com quem sempre tive contato. Para



eles, nunca nada foi esclarecido. Inclusive os irmãos do Prefeito, o João Francisco viu o corpo do Prefeito totalmente torturado. Eu não diria aqui exatamente como ele me descreveu, porque é chocante demais. E, assim, o senhor bem sabe o que aconteceu aqui... Foi totalmente escondida essa tortura, na época, pelo Greenhalgh. E, assim, se sente tanto a morte do Prefeito, por que não colabora, por que não tenta esclarecer o que aconteceu? Por que o Sérgio Sombra não é julgado? Por quê? Todo mundo sabe no Brasil que foi um assassinato. Eu realmente nunca vi o senhor num carro preto, mas eu estou falando que o senhor, em Santo André, sempre foi conhecido como “o homem do carro preto”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Obrigado a V.Exa.

Com a palavra o Ministro Gilberto Carvalho, também pelo tempo de 1 minuto.

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - Obrigado.

Eu só posso comentar, Sra. Deputada, com todo o respeito, que o que nós pudemos fazer à época nós fizemos, que foi ir ao Governador, insuspeito, Geraldo Alckmin, do seu partido, para que ele fizesse uma investigação isenta pela sua Polícia dirigida por ele em dois inquéritos. E viemos a Brasília pedir ao Presidente Fernando Henrique Cardoso que a Polícia Federal apurasse, doesse em quem doesse. Nós não somos leigos para dizer se Celso foi infelizmente torturado ou não foi; nós não somos policiais; nós não somos juízes. Nós somos vítimas desse processo. Eu sou vítima desse processo, porque perdi o meu grande amigo e meu grande mestre Celso Daniel. É isso que eu tenho a declarar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, uma questão de ordem objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Questão de ordem para o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu acho extremamente relevante o que acaba de ocorrer aqui. E, como todos nós queremos, não só por uma questão de justiça pontual, mas para o bem deste País... Surpreende-me inclusive que, quando esse assunto vem à tona, algumas pessoas queiram interromper o debate. Eu faço um apelo, um requerimento mesmo a V.Exa., que preside esta reunião, para que as notas taquigráficas, especificamente da fala da Deputada Mara Gabrilli, das colocações que ela traz e das indagações que ela



faz, sejam encaminhadas à Procuradoria Geral da República — claro, eu falei da reunião —, que tem responsabilidades e acredito, espero eu, tenha interesse que o assunto seja julgado e tenha legitimidade para, no Supremo, cobrar os procedimentos.

Surpreende-me profundamente que haja, no mínimo, uma incógnita no ar. Enquanto se coloca o interesse de que o Ministro reitera que tem, e o Partido dos Trabalhadores, o partido da vítima, da grande figura que, com certeza, foi Celso Daniel, embora nós não estejamos aqui fazendo discussão partidária, em respeito que se deve ter à vítima... Mas, surpreendentemente, o Deputado Renato Simões não quis que o assunto fosse debatido.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu fui citado. Quero 1 minuto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu peço que as notas taquigráficas sejam enviadas...

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Quero 1 minuto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu apenas fiz a referência. É interessante, começa-se a discutir um assunto, alguém do PT diz que não pode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Deputado Domingos Sávio, peço a V.Exa. que formalize o requerimento que V.Exa. propõe neste momento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra...

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Um minuto, Sr. Presidente, eu fui citado, eu quero 1 minuto. Não vai tumultuar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Tem V.Exa. a palavra, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Obrigado. Eu estive na necropsia de Celso Daniel. Eu era Presidente da Comissão de Direitos Humanos e acompanhei a ação. Eu estive na polícia, com as vítimas de agressões do MST. Eu não aceito que Deputados que não viveram nada do que nós estamos falando aqui se jactem no sentido de dizer que nós estamos escamoteando qualquer questão. Eu fui prestar



solidariedade, no Palácio do Planalto, embaixo, aos policiais agredidos. Então, nós estamos discutindo aqui fatos que alguns conhecem e fatos que outros viveram.

Por isso, eu apenas pedi a V.Exa. que não turbasse o trabalho. Apoio o requerimento de V.Exa. Não temos nada contra. Queremos que a impunidade, no caso de Celso Daniel, seja absolutamente combatida. O que nós não podemos admitir é o constrangimento ao Ministro fora das regras do Regimento. Ele respondeu, foi muito transparente e objetivo nas suas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Obrigado a V.Exa.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - A matéria consta no ofício de requerimento. A matéria consta lá, está no livro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Deputado Caiado, obrigado a V.Exa.

Eu passo a palavra ao Deputado Valmir Assunção e, em seguida, ao Deputado Delegado Protógenes.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, é lamentável um debate como este, em que líderes partidários e Deputados vêm aqui, falam o que querem, acusam, vão embora e não garantem o que disseram. Este é um problema que nós vivemos no Parlamento muito sério. As acusações chegam ao ponto de faltar com a verdade. O que acontece aqui é algo absurdo.

Eu estava na mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, porque eu sou do Movimento dos Sem Terra. Eu estava na mobilização. O Movimento dos Sem Terra, Sr. Presidente, em nenhum momento tomou a decisão de invadir ou de ocupar o Supremo ou o Palácio. Fez uma caminhada pacífica, foi à frente da Embaixada dos Estados Unidos, passou por lá, com muita tranquilidade, sem nenhum problema. E aí houve o incidente na frente do Supremo. Por causa disso, dizem que o Movimento dos Sem Terra é formado por baderneiros, por irresponsáveis.

Ouvi aqui dizerem — e eu quero colocar o nome do Deputado Nilson Leitão — que querem aniquilar as oposições, os opositores e tal. O que a Oposição quer é aniquilar o movimento social, especialmente o Movimento dos Sem Terra. Eles querem aniquilar esses movimentos! Querem aniquilar hoje, porque já quiseram fazer isso no passado, quando Fernando Henrique era Presidente da República.



Quando o Deputado Caiado fala dos policiais, eu acho que ele está certo: solidariedade, ouvir e tal. Ele está certo! Mas quando os 21 trabalhadores sem-terra, em Eldorado dos Carajás, foram assassinados, qual o gesto do Deputado Caiado para com os sem-terra assassinados? Ele veio aqui pedir justiça para que aqueles que foram responsáveis pelo assassinato dos sem-terra, o massacre que aconteceu em Eldorado dos Carajás, fossem condenados? Eu nunca vi um único pronunciamento dos Deputados de oposição nesta Casa dizer que os responsáveis daquela época... O Presidente da República, se não me engano, era Fernando Henrique Cardoso, pode ser que eu esteja enganado. Quem era o Governador do Pará naquela época? Se não me engano, era Almir Gabriel, que já faleceu. Não ouvi nada disso! Ou seja, existe um esforço da Oposição que se traduz neste momento no processo eleitoral. A convocação do Ministro aqui nada mais é do que uma disputa eleitoral, visando o dia 5 de outubro, minha gente! A Oposição utiliza todo o Parlamento, toda a mídia, o que quer que seja, para poder tentar, de todas as formas, desgastar as autoridades públicas, os Ministros, a Presidente da República; ela tenta botá-los no jogo eleitoral, para poder ver se ganha a eleição. Esse processo já está cansativo, gente!

Peço a sua tolerância, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Deputado Valmir, mais 1 minuto para V.Exa.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, 1 minuto, não. Eu quero a mesma tolerância que V.Exa. teve com os outros, por favor. E eu sei que V.Exa. vai ter a mesma tolerância comigo.

Sr. Presidente, eu vejo que, com esse processo, tentam desgastar, de todas as formas, as autoridades. Eu quero afirmar isso, Presidente, porque, veja bem, todo mundo está preocupado com a Copa do Mundo, com as manifestações; querem saber quais são os movimentos e tal. Ministro, todo mundo torce para que, no mês de junho, na Copa, ocorra o caos, com manifestações, o desgaste, etc. A Oposição, enfim, todos estão torcendo por isso, para ver se eles têm chance de ganhar a eleição. É isso que está em jogo!

Então, quando se fala dos movimentos sociais, que os movimentos sociais, especialmente o Movimento dos Sem Terra, não têm assentamento, que são



favelados, que a situação é essa, sem crédito, sabem por que eles dizem isso? Porque eles querem que o Movimento dos Sem Terra, na próxima eleição, não vote na Presidente Dilma. É isso que está em jogo!

Quero concluir, Sr. Presidente, com a sua tolerância, dizendo que nós precisamos convocar os Ministros aqui para ouvi-los, mas tem que ser algo que possa, de fato, ajudar o processo democrático, ajudar o processo de desenvolvimento do Brasil. É isso que nós temos que fazer.

Quero concluir mesmo, dizendo que esse argumento contra a mostra, contra a feira da reforma agrária no Congresso, não é um argumento válido. Os números já foram colocados aqui, quanto se gastou nas feiras do agronegócio, quanto se gastou nas feiras da agricultura familiar e quanto se gastou na feira da reforma agrária, que, neste último período, só foi uma.

Então, é um preconceito contra os sem-terra, contra os trabalhadores rurais, contra os movimentos sociais. Não podemos admitir isso, de forma nenhuma, aqui, nesta Comissão; aqui, neste Plenário; aqui, nesta Casa. Precisamos de oposições que possam contribuir para o desenvolvimento do País, não simplesmente fazer a crítica pela crítica, tentar desgastar a autoridade só para poder fazer o jogo eleitoral. Não permitiremos mais isso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Agradeço a V.Exa. Ainda bem que V.Exa. não pode acusar esta Presidência de ter qualquer tipo de preconceito contra o Movimento dos Sem Terra, porque tive a maior boa vontade para com o representante do Movimento dos Sem Terra.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o último orador inscrito, o Deputado Delegado Protógenes, pelo tempo de até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Sr. Presidente, Deputado Pauderney Avelino, Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, meus cumprimentos.

Primeiramente, agradeço ao Ministro por atender... Este Deputado votou pelo convite a V.Exa. e não pela convocação, porque, para mim, o resultado é que as autoridades e os Ministros que nós convidamos são todos acessíveis e solícitos às nossas demandas, às nossas dúvidas.



Ao Presidente logo indaguei isso, durante a minha intervenção ao Deputado Nilson, porque vi, por parte de alguns Deputados, uma forma de interrogatório. Esta era a minha dúvida: estou diante de uma Comissão Parlamentar de Inquérito ou em uma audiência pública? O Presidente, naquele momento, utilizou o Regimento, mas não houve uma determinação esclarecedora. No entanto, ao longo da audiência, nas outras formulações, foi-se dissipando a dúvida. Vimos os debates acalorados, normais do Parlamento brasileiro, na Câmara. Eu acho que tem que ter esses debates no Parlamento, onde existem duas forças políticas muito fortes na disputa de poder no País. Entendo até saudável, dentro desse clima da democracia brasileira.

Mas eu vou, antes de me restringir ao tema, falar em relação ao livro. Estou muito satisfeito com as informações do Ministro Gilberto Carvalho. Sou até suspeito para comentar, porque também fui citado no livro. Então, estou na mesma posição de V.Exa. Fui citado de forma até muito corajosa por parte dele, ao afirmar coisas que, de fato, não são verdadeiras.

A outra questão, em relação ao Movimento dos Sem Terra, eu até grifei quando V.Exa. fala da sua posição enquanto Ministro. V.Exa. falou: *“Não, realmente houve recursos para justamente articular essas demandas das minorias, dos movimentos sociais”*. E V.Exa. — registre-se aqui — o faz com muito esforço, num resultado positivo para a democracia brasileira. Faço questão de louvar ao povo brasileiro que nos assiste o esforço de V.Exa. nesse tema. V.Exa. utiliza com muita maestria o que está disposto no § 1º do inciso XXII do art. 37. Está lá: *“A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes.”* Quer dizer, V.Exa. fez de forma despersonalizada quando colocou que é um comitê que assim decide o envio desses recursos para suprir as necessidades e demandas na articulação dos movimentos sociais.

Em relação ao conflito, eu recebi aqui um documento — e até faço questão de ler — do Secretário de Segurança Pública, Dr. Sandro Avelar, meu colega da Polícia Federal, hoje desempenhando um trabalho na Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Diz:



“A Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal nega veementemente que quatro servidores da Presidência da República citados em reportagem possuam qualquer relação com as manifestações ocorridas na última sexta-feira, dia 14 de junho, em que um grupo bloqueou as seis faixas do Eixo Monumental com queima de pneus. Investigações em curso conduzidas pela Polícia Civil do Distrito Federal apontam a participação do servidor da Secretaria de Relações Institucionais, Gabriel Santos Elias, nas manifestações da última sexta-feira. Sobre os outros líderes identificados no Movimento Brasil e Desenvolvimento, do qual Gabriel Santos Elias faz parte, não constam evidências de que tenham tomado parte do ato.”

Este documento já está com a assessoria de V.Exa. Eu vi V.Exa. se manifestando logo para buscar este documento. E até o Deputado Ronaldo Caiado precisava da complementação dessa informação. Estão aqui essas informações que são também satisfatórias e esclarecem muito esse segundo ato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Peço a V.Exa. que conclua. Vou lhe dar mais 1 minuto.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Obrigado. É importante até porque a Deputada Mara Gabrilli, que, de uma forma bem emotiva, em relação a fatos ocorridos na família dela quanto à posição do Deputado Domingos Sávio, de transcrição das notas taquigráficas... E foi citada aqui a investigação da Polícia Federal. Eu estava nessa época na Superintendência da Polícia Federal, nesse ano, e tinha, sim, uma investigação que chegou até as minhas mãos, e que depois foi redistribuída ao colega Alexandre Crenitte, na época, que era uma investigação a respeito de possíveis desvios de recursos na administração do Prefeito Celso Daniel. E, logo a seguir, houve a morte do Prefeito, meses depois, 1 mês ou 2 meses depois, e nós fomos, a mesma Divisão de Combate ao Crime Organizado, que era a divisão mais estruturante para esses grandes casos complexos no País, todos os policiais dessa Delegacia foram determinados a cumprir uma missão para



esclarecer a morte do Prefeito Celso Daniel, Prefeito do PT O Presidente da República era Fernando Henrique Cardoso, o Ministro da Justiça era José Carlos Dias e o Superintendente designado pelo Presidente da República, à época, Presidente Fernando Henrique Cardoso...

E nós cumprimos a missão. Foram designados dois colegas à época, especialistas em homicídios na Polícia Federal, o Delegado Sabadin e o Delegado Luna, os melhores Delegados da Polícia Federal no Brasil em casos de homicídio, colegas com experiência na Polícia Civil do Estado de São Paulo, no DHPP de São Paulo, que é um dos melhores do mundo, não é nem do Brasil. É uma das melhores do mundo a Polícia de Homicídios do Estado de São Paulo.

Esses dois colegas, só para registro, Sr. Presidente, foram os que esclareceram a morte do Corregedor-Geral da Polícia Federal, Alcioni Serafim de Santana; e quem participou da ordem para a execução desse colega foi outro colega, Delegado de Polícia Federal, que nós prendemos e que foi condenado juntamente com outros participantes — para o senhor ver a responsabilidade da Polícia Federal neste caso e no do Celso Daniel.

E ao que me consta, só finalizando, as investigações não apontaram nenhuma responsabilidade direta nem indireta à pessoa do Sr. Ministro Gilberto de Carvalho.

Era só isso que eu tinha a esclarecer, e serve também de subsídio para as notas taquigráficas, que o Deputado Domingos Sávio, com muita propriedade, requereu, o que é um procedimento normal dentro desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Agradeço a V.Exa.

Passo, portanto, às considerações finais do Sr. Ministro Gilberto Carvalho.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, uma questão de ordem antes que o Ministro possa responder, só porque eu fui citado. O art. 74 me confere essa garantia.

Realmente, é um ataque tão despropositado, fora de nexos do debate que está sendo feito, mas que mostra que o PT perdeu o equilíbrio no momento do depoimento da Deputada Mara. Aí eu falo como médico: foi a primeira vez que eu vi o Ministro perder aquela maneira de responder...



O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Mas o que tem isso a ver com o nome de V.Exa. em outro contexto? Não tem nada a ver, Excelência, me desculpe.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Então, quer dizer, eu vi que realmente o quadro é complexo, porque essa matéria nunca sai do noticiário...

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - V.Exa. já falou mais do que todos nós aqui hoje.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Deputado Renato, V.Exa. já cumpriu bem a sua função. Eu gostaria só que eu pudesse concluir aquilo que é prerrogativa minha regimental. V.Exa. talvez devesse se embasar mais no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - O Deputado está fazendo uma questão de ordem e citou o artigo do Regimento.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - O Regimento exige o fim dessa audiência. Nós estamos na Ordem do Dia, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Deputado Ronaldo, por favor...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Eu fui cortado, Presidente. Dê o art. 74 para ele poder ler, por favor.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - V.Exa. fale sobre V.Exa., que foi citado, não sobre outro assunto qualquer de escolha de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Deputado Renato Simões, por favor.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Mas, Sr. Presidente, veja bem o que o PT quer! Quer dizer o que eu vou falar! A que ponto nós estamos chegando aqui! Ainda não é a Venezuela, não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Deputado Caiado.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Mas V.Exa. quer ou não contraditar? Ou quer fazer mais uma fala?

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Deputado da bancada de Hugo Chávez, ainda não é a Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Deputado Edson Santos, eu vou garantir a palavra e vou garantir...



O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Olha aqui o § 1º do art. 46, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Vou garantir a palavra por questão de ordem ao Deputado Caiado.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Depois eu solicito a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Faça a solicitação da questão de ordem. Deputado Caiado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Para concluir, Sr. Presidente. Muito obrigado por me garantir a palavra e tranquilizar todos os bolivarianos de que ainda estamos na República Federativa do Brasil. Quero dizer o seguinte: existe um ponto que a Deputada colocou que é fundamental, um ponto... Esse ponto é uma pergunta que não cala. Por que esse tal de Sombra... Por que ninguém toca nesse homem?

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - V.Exa. não foi citado sobre isso.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - O tal do Sombra... Ninguém toca no Sombra!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Deputado Renato Simões...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Esse homem é poderoso mesmo. Por que esse homem não é julgado? Quer dizer que ele é o grande caixa-preta? Quer dizer que para ele não falar até a PETROBRAS teve que pagar 6 milhões de reais para quem extorquiu e denunciou o Presidente no caso do assassinato de Celso Daniel, como está na *Veja* desta semana? Então, quer dizer que este caso, sem dúvida alguma... Esta reunião de hoje é específica para este assunto. É, sim, senhor, ela é específica para esse assunto. O livro do Secretário Romeu Tuma cita esse fato...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Deputado Caiado, peço a V.Exa. que conclua.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Está incluído na pauta de discussão de hoje. Então, era isso que eu queria dizer, e, quanto à colocação feita pelo Deputado, anteriormente, realmente ela não merece uma resposta.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Deputado Renato Simões pediu também a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Sr. Presidente, nós, pelo bom andamento do trabalho, sem essas infrações disciplinares, regimentais ou não, deixamos para levantar essa questão de ordem sobre o encerramento dos trabalhos da nossa Comissão porque já estamos com a Ordem do Dia correndo, portanto, não deve...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, baseado em que S.Exa. está falando?

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - No art. 46, § 1º. V.Exa. pode ler aqui.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Se não tiver deliberação, pode prosseguir.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - A questão é regimental, está no art. 46, § 1º. O nobre Deputado, infelizmente, não poderá fazer novamente o uso da palavra.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Nós não estamos deliberando

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, esse artigo não prevalece sobre o art. 74.

O SR. DEPUTADO PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Deputado Ronaldo Caiado...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Ele não tinha direito à fala. Exclua, portanto, das notas taquigráficas. Isso é um analfabetismo regimental.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - S.Exa. pode ler, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Eu solicito, portanto, ao Ministro Gilberto Carvalho, que faça suas considerações finais, porque estamos chegando ao final da reunião.

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - Bem, eu quero, Deputado Pauderney Avelino, agradecer muito a condução dos trabalhos e a presença de todos os Deputados e Deputadas aqui. Eu quero encerrar dizendo que estou à disposição dos senhores sempre que for necessário. Considero importante esse diálogo.



Deputado Ronaldo Caiado, eu gostaria de dizer que eu não sabia da sua qualidade de analista psicológico. Quero dizer ao senhor que esse assunto do Celso só me dói muito na alma, porque eu perdi um grande amigo, mas não me tira nenhuma tranquilidade, porque eu sei da minha conduta e sei como agi. Sei que somos vítimas de um processo, e não culpados por nada. O processo do Carandiru, de 1992, foi julgado agora. O problema é de quem? A culpa é de quem? É do Executivo? Infelizmente, o processo da morte do nosso querido Celso é de 2002. Foram feitos vários julgamentos, mas falta um julgamento. É culpa de quem? Nossa? Não pode ser assim. É terrível ter a perda de uma pessoa e ainda assim ser culpado e colocado sob suspeição, quando, como eu já disse e o Deputado Protógenes também acabou de reforçar, quem fez a investigação, em dois inquéritos sucessivos, foi a Polícia Civil de São Paulo, juntamente com a participação da Polícia Federal. Então, não é justo nem legítimo. Eu já vim a esta Casa duas vezes em uma CPI. Fiz uma acareação com duas pessoas. Não fui incriminado, não fui indiciado.

Deputada Mara Gabrilli, público para mim é a gente entregar a vida para os outros. Permita-me uma pequena crônica da minha vida. Eu estava em um seminário, e ao lado tinha uma favela. E eu fiquei amigo daquele povo e era encarregado de fazer muitas vezes a sepultura de crianças. E quase sempre a causa da morte de cada criança que a gente enterrava era única: broncopneumonia e desnutrição. Esse atestado de óbito era um atestado de condenação da sociedade. Enquanto eu jogava aquela terrinha que o povo costuma jogar, eu fiz um juramento de que eu entregaria minha vida a essa gente.

Desde então, sem nenhuma vaidade, é isso o que eu faço, Deputado. E com muito orgulho quero dizer para a senhora que faço parte de um Governo que incluiu 40 milhões de brasileiros e que devolveu a esperança, Deputada, a centenas de milhares de mães e pessoas que recuperaram a autoestima através, sim, do Bolsa Família, mas também através de uma rede de solidariedade do PRONATEC, de qualificação profissional, que dá uma grande dignidade para essa gente hoje.

Se nós temos ainda um grande apoio popular, e temos, apesar da crítica duríssima que nós recebemos, é porque essa gente sabe que recuperou a esperança e sabe fazer a diferença. O nosso Governo tem muitos defeitos e muitos



erros. O partido a que eu pertenço, infelizmente, humano, tem muitos erros e muitos defeitos, como todos os partidos. Temos que ter humildade para reconhecer. Uma coisa eu digo a V.Exa.: a intenção da minha vida é essa. O público, para mim, é isto: acabar minha vida pública, como estou terminando agora, com 63 anos, sem ter acumulado nenhum benefício material, mas com a alegria de servir ao povo. E isso vou fazer até o último dia da minha vida. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Quero agradecer, em nome desta Comissão, a presença do Sr. Ministro Gilberto Carvalho e pelos seus esclarecimentos. E agradeço a todas as Sras. e Srs. Deputados que aqui compareceram.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, antes, porém, convoco reunião deliberativa para o dia 15 de abril, terça-feira, às 14 horas, neste plenário, para deliberação de proposições constantes da pauta a ser divulgada.

Está encerrada a presente reunião.